

PUBLICAÇÃO EXPRESSA

# RELATÓRIO INSTITUCIONAL

## ASSESSORIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS E A PNDU: POTENCIAL DE FORMAÇÃO DE UMA REDE DE ASSESSORIA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

**Equipe técnica:**

**Carlos Henrique C. Ferreira Jr.**

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/ UFRJ, pesquisador bolsista do PNPd na Dirur/Ipea. *email:* ferreira.carloshc@gmail.com

**Cátia Wanderlei Lubambo**

Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco; e investigadora do INCT/INPuT. *email:* catia.lumbambo@gmail.com.

**Cidade:** Brasília/DF

**Editora:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

**Ano:** 2024

**Edição:** 1ª

**DOI:** <http://dx.doi.org/ri226259>

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

# **ipea**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidenta**

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

#### **Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

#### **Diretor de Estudos Internacionais**

FÁBIO VÉRAS SOARES

#### **Chefe de Gabinete**

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

#### **Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social**

GISELE AMARAL

**Ouvidoria:** <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

**URL:** <http://www.ipea.gov.br>

# ASSESSORIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS E A PNDR: potencial de formação de uma rede de assessoria com instituições de ensino superior<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta nota técnica compõe um conjunto de 5 notas sobre Governança na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano<sup>2</sup> do estudo contratado através do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 71/2019 firmado entre o IPEA e a Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério de Desenvolvimento Regional. O seu objeto é a análise do potencial de prestação de assistência técnica em desenvolvimento urbano sustentável a municípios-polos da rede policêntrica de cidades por instituições federais de ensino superior.

### 1.1 Demanda e diretrizes

O estudo para a produção da nota foi realizado a partir da seguinte demanda formulada pelo TED 71/2019:

Identificar e analisar rede federal de universidades e institutos de ensino superior, com foco nos campos de interesse da PNDR e da PNDR, e realizar pesquisa para **mapear possibilidades de engajamento das instituições na assistência técnica para o desenvolvimento urbano sustentável, considerando análises de localização e modelos e formas de atuação existentes** (RNP/ Rede de Telemedicina; programas de extensão etc.), com **ênfase nos municípios polo** da rede policêntrica de cidades proposta na PNDR. Particularmente **deverão ser mapeadas e geradas informações que alimentarão uma base de dados** para o desenvolvimento urbano sustentável. Deve-se considerar a Nota realizada na atividade 1.5: a PNDR em perspectiva federativa: o papel de municípios, estados e da União. (destaques nossos)

A princípio, são referências determinadas pelo TED, o texto para discussão (TD) Contextualização e Diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (COSTA et al., 2020) e a nota técnica As Relações Interfederativas no Brasil e o Desafio de Formular, Implementar e Monitorar a PNDR (LUI, et al. 2020), ambos os estudos realizados a partir do TED referido acima.

O TD e a nota técnica apontam que a PNDR é a interface entre a Nova Agenda Urbana (NAU) e a realização das disposições constitucionais sobre a política urbana, além do exercício efetivo das competências de planejamento e ordenamento territorial pela federação brasileira.

---

<sup>1</sup> Este relatório é um produto parte do termo de execução descentralizada (ted) nº 71/ 2019 celebrado entre o instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) e o ministério do desenvolvimento regional (MDR), com aditivo do ministério das cidades (MCidades) por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SNDUM).

<sup>2</sup> As demais notas abordam: consórcios públicos, estruturas de participação em política urbana, associações municipais e governança metropolitana.

A NAU parte do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 11<sup>3</sup> da Agenda 2030 construída no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre os 10 temas da NAU elencados pelo TD, destacam-se o nº 3, políticas urbanas nacionais, e o nº 4, governança, capacidade e desenvolvimento institucional urbanos (COSTA et al., 2020, 63). Os dois temas são tomados como fundamento da proposta de assistência técnica a municípios desta nota.

Quatro pilares são propostos para a construção da PNDU e da NAU brasileira. São eles: a organização territorial e sua transescalaridade, a intersetorialidade com coordenação da ação estatal e não-estatal e, a governança multinível. O TD aponta ainda temas específicos de política pública transversais a esses pilares (COSTA et al., 2020, 68). A partir da matriz formada entre esses temas transversais<sup>4</sup> e os pilares, tem-se o desenho da PNDU onde situar-se-á a assistência técnica aos municípios.

A nota técnica sobre as relações interfederativas recupera a experiência da Política de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM) do início dos anos 2000. Tal política apresentou-se como um esforço federal para incrementar a capacidade institucional dos municípios quanto ao exercício de suas competências, sobretudo, para melhor administrarem recursos fiscais, bem como a aptidão para aderirem a políticas federais com previsão de repasse de recursos financeiros. Neste caso, apenas os municípios melhor organizados beneficiaram-se da política, acentuando as desigualdades e deixando desassistidos os municípios cujas populações mais poderiam ser beneficiadas pela melhoria das capacidades institucionais (LUI et al., 2020).

Essa experiência indica que a escolha dos municípios, no âmbito da PNDU, para implantar projetos, inclusive de melhoria de capacidades institucionais, deve levar em consideração critérios que contemplem a posição relativa deles na rede urbana e o potencial de impacto. A nota também aponta como diretriz a escolha de lugares para servirem de piloto nos quais se possa experimentar com a implantação das políticas (LUI et. al. 2020, 10). Desta leitura, podemos concluir que tais polos também devem ser os lugares preferenciais para a oferta de assistência técnica e, atendendo aos critérios estabelecidos pelo MDR no TED, coincidam com os polos da rede policêntrica de cidades.

A nota de referência indica outras duas diretrizes pertinentes à assistência técnica – a adequação local e a participação social (LUI et. al., 2020, 19). Sobre a adequação local é preciso que a ideia de coordenação federal das políticas públicas pela União não imponha programas e ações incompatíveis com as realidades locais, mas sirva, como dito acima, de interface integradora entre a NAU e essas necessidades via PNDU.

---

<sup>3</sup> “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2019, 4)

<sup>4</sup> Dentre os quais destaca: segurança pública, transformação digital, equidade social e abordagem intergeracional, desenvolvimento econômico local, dentre outros. Cada tema é tratado por uma nota técnica; todas estão disponíveis na biblioteca do portal [brasilmetropolitano.ipea.gov.br](http://brasilmetropolitano.ipea.gov.br).

A participação social é tratada como uma diretriz-chave e pode ser estruturada em diferentes modalidades<sup>5</sup>. Dentre tais modalidades, a nota de referência sobre relações interfederativas aponta para a coprodução de políticas públicas e a parceria entre entes e organizações públicas e privadas. A coprodução implica na abertura para cidadãos e entes da sociedade civil tais como as IES para participar da elaboração de políticas públicas o que remete às parcerias (LUI et al., 2020, 21). As parcerias podem ser tanto diretas entre entes da administração autárquica<sup>6</sup> ou organizações da sociedade civil ou serem parte de soluções de governança interfederativa como consórcios públicos.

Lui et al. (2020, 25) traz a justificativa para a pertinência de uma política de assistência técnica para os municípios. A premissa é de que as burocracias mais bem qualificadas têm melhor desempenho na implementação de políticas públicas. Um modo de aferir as capacidades da administração é a qualificação do pessoal da burocracia que quanto mais elevada tende a impactar positivamente no desenvolvimento das capacidades institucionais.

Por outro lado, a complementação da capacidade institucional pode ser provida por entidades e agentes sociais qualificados dispostos a realizá-la ou que tenham como propósito a promoção do interesse público. É o caso das IES públicas que têm por princípio organizacional o tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo este último a conexão entre a instituição e o seu território, arranjo que remete de volta ao conceito de coprodução.

A assistência técnica pode ser definida como: a aplicação de conhecimento técnico para assistir à realização de um projeto ou operação de equipamento ou, também, para complementar a capacidade de execução de produtos e processos feita pelo fornecedor ou responsável pelo projeto para a pessoa ou ente contratante. No caso da relação entre administração pública e administrado, pode ser feita por um terceiro assistindo ao poder público no exercício de suas atribuições.

Legalmente, a definição mais próxima de assistência técnica aplicável à política urbana e, portanto, aos municípios é da lei federal 11.888 que assegura a assistência técnica pública, gratuita para a produção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Intensificou-se o debate acadêmico em torno do papel da participação social como fator importante para gerar transformações sociais, culturais, econômicas e territoriais, desde o final dos anos 80. Mais recentemente, a discussão têm incorporado elementos que, dentro de um espaço institucional podem promover o que tem sido denominado de inovação social, entendida como um processo que, segundo Howaldt e Schwarz (2010), se estabelece a partir de uma nova combinação e/ou uma nova configuração de práticas sociais aplicáveis em determinadas áreas de ação ou contexto social e são geradas por determinados atores públicos e da sociedade civil com o objetivo de melhor atender às necessidades e problemas da sociedade, buscando inovar na formulação, na gestão e no acesso às políticas públicas.

<sup>6</sup> Parte da administração pública indireta, composta por entes com personalidade jurídica própria, sem caráter econômico ou lucrativo e dotados de autonomia em relação aos órgãos da administração direta.

<sup>7</sup> Art. 2º [...] assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

Contudo, a assistência da lei mencionada é voltada aos administrados e não à própria administração.

Nesse sentido, a constituição federal de 1988 traz, no §1º do artigo 211, a prestação de assistência técnica pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução das diretrizes redistributivas, equalizadoras e garantidoras da qualidade educacional. Outro fundamento constitucional para a assistência técnica é a cooperação técnica, ramo específico da cooperação entre os entes federativos e citada em ao menos 7 artigos<sup>8</sup> dos quais destacam-se os artigos 166-A e 219-A. O primeiro prevê a cooperação técnica para o acompanhamento da execução de transferência orçamentária direta especial; o segundo dispõe sobre a cooperação não só entre entes da administração direta, mas também deles com entidades públicas e privadas<sup>9</sup>. Ressalte-se que a cooperação e coordenação são características complementares do federalismo brasileiro, sendo um dos fundamentos dos sistemas de políticas públicas constitucionais (IPEA, 2010, 177), dentre as quais, a PNDU.

Depreende-se que a atividade de cooperação se dá de maneira bilateral com a concorrência de entes de duas ou mais esferas federativas para alcançar o resultado buscado. A cooperação pode envolver atividades de assistência, na qual, uma das partes provê a outra parte um serviço ou produto ou capacita-a para realizá-lo. Dentre as atividades possíveis, estão a produção de dados, a coleta de informações para um diagnóstico, a elaboração de projetos, o acompanhamento de sua execução e o monitoramento de resultados.

A assessoria técnica aparece também como uma atividade de cooperação. De escopo maior que a assistência técnica, ela não é restrita apenas à aplicação de um saber técnico a um produto ou serviço, mas compõe um processo para a consecução de objetivos, podendo inclusive apontar para a necessidade de assistência técnica.

Para os fins desta nota, a incorporação da categoria assessoria técnica no conjunto de iniciativas levantadas serve para reconhecer um campo maior de atuação possível para as IES. Ela envolve a participação ativa do ente assessorado, promovendo-o de uma posição de um assistido hipossuficiente a coprodutor do objeto da assessoria (CARDOSO & LOPES, 2019).

Por fim, adota-se a estrutura do ciclo de 5 fases das políticas públicas para identificar as instâncias de incidência possíveis para a assistência e assessoria técnicas – construção da

---

I - Otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos; (disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111888.htm) Acesso em: 15 de set. 2021).

<sup>8</sup> Artigos: 23, 29, 30, 166 – A, 216 – A, 219 e 241.

<sup>9</sup> Art. 219 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicas e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

agenda, formulação da política, processo decisório, implementação, monitoramento e avaliação - nas quais as IES podem atuar<sup>10</sup>. O objetivo é produzir subsídios para a construção de um projeto piloto para uma rede de assistência técnica respondendo às perguntas – onde há IES aptas e quais atuam em áreas de interesse da PNDU? Como atuam e quais recursos e ações podem fomentar a sua atuação?

## 1.2 Metodologia e Apresentação dos Resultados

A metodologia para o desenvolvimento do estudo para esta nota técnica está condicionada pela disponibilidade de dados<sup>11</sup> e segue as diretrizes apontadas pelos textos de referência para o atendimento da demanda do TED.

De partida, algumas opções de recorte foram estabelecidas com base nas fontes disponíveis. Para a definição de quais polos tomar como referência, adotou-se as regiões geográficas imediatas e intermediárias do IBGE, pois funcionam como um *proxy* entre rede urbana e a região sob influência de uma formação urbana. As hierarquias das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) também são referências para as análises sobre a heterogeneidade da rede urbana. A adoção desses referenciais espaciais visa otimizar a integração com outras pesquisas correlatas ao referir-se a bases territoriais com ampla variedade de dados indexados. O outro recorte é a escolha dos campos de planejamento urbano e regional, geografia e políticas públicas para a coleta de informações sobre experiências de assessoria técnica em política urbana e regional por IES.

A intersecção de diretrizes e a demanda por recomendações objetivas para a PNDU faz a análise quantitativa-qualitativa a mais adequada. Ressaltando-se que se trata de um estudo por amostra, não-exaustivo, mas indicativo, portanto, apropriado para elaboração de recomendações para projetos-piloto e para a sugestão de outros estudos mais aprofundados.

As análises e resultados estão estruturadas em quatro seções. Ao final, há uma lista de indicações relativas ao desenvolvimento de uma rede de assessoria técnica para a PNDU que subsidiará o sumário executivo encomendado no âmbito do TED 71/2019.

**A seção primeira** recupera estudos de caso sobre o impacto da interiorização das IES no Nordeste<sup>12</sup>. O objetivo é fundamentar a importância dessas instituições em polos regionais para o aperfeiçoamento de pessoal disponível para a Administração (direta ou em parceria) e cuja

---

<sup>10</sup> Para mais confira: MOTA. 2015 APUD HOWLETT & RAMESH, 2013

<sup>11</sup> Os efeitos da pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, em particular as dificuldades criadas pelo regime de trabalho remoto, foram contingências para a coleta de dados, prejudicando a obtenção de respostas das instituições procuradas, havendo longas demoras ao tentar contato por canais diretos como telefones e e-mails institucionais. De tal forma, foi privilegiada a utilização de dados e informações disponíveis em repositórios institucionais tais como anais de eventos e páginas na internet.

<sup>12</sup> O estudo se iniciou em Pernambuco e se desenvolveu por todo o Nordeste com exceção do estado do Maranhão. Para mais confira: A INTERIORIZAÇÃO RECENTE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E GRATUITAS DE ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE: EFEITOS E MUDANÇAS. Melo e Campos (2014). Relatório de Pesquisa.

presença, nesses polos, serve como indicador para a definição da amostra selecionada para a análise quantitativa-qualitativa.

**A segunda seção** aborda aspectos da heterogeneidade regional brasileira e os critérios adotados para a seleção dos lugares com potencial de impacto considerados no levantamento. O objetivo é indicar uma rede inicial de cidades com IES aptas a realizar as atividades de assistência técnica. Para a escolha das cidades, foi considerada a distribuição espacial de programas de pós-graduação dos campos selecionados nos diferentes polos das regiões geográficas. Por fim, foram selecionados artigos apresentados no último Encontro Nacional da ANPUR (XVIII ENANPUR - 2019) versando sobre experiências de assistência técnica e assessoria em temas de política urbana e regional para exemplificar os objetos e áreas de atuação em assistência técnica existentes nesses lugares.

**A terceira seção** aprofunda a análise amostral a partir dos dados obtidos através de um questionário enviado aos programas filiados às associações de pesquisa e pós-graduação dos campos escolhidos. Os quesitos envolvem, além de outros pontos, a identificação de experiências de assessoria técnica, a percepção sobre o papel da IES na política urbana e as formas de participação em projetos de assessoria e seu respectivo fomento. Os resultados espacializados do questionário fundamentam a elaboração das recomendações finais.

**A quarta seção** traz as considerações finais das análises realizadas e uma lista de sugestões indicativas de passos a serem tomados na elaboração da PNDU para a implementação de uma rede de assistência/ assessoria técnica aos municípios na realização dos objetivos da NAU.

## **2 Seção I - A INTERIORIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) E A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL PARA A EXECUÇÃO DA POLÍTICA URBANA**

### **2.1 Percursos da formação de pessoal e assessoria técnica para municípios**

A demanda pela formação de pessoal para trabalhar ou prestar assessoria técnica aos municípios através de uma política nacional de desenvolvimento urbano foi primeiramente abordada ainda nos anos 1970. Cabe ressaltar que antes dessa articulação federal houve durante as duas décadas antecedentes uma paulatina consolidação dos campos do urbanismo e do planejamento urbano com formação de profissionais especializados nessas áreas (FELDMAN, 2005).

Já na década de 1970, após a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo –SERFHAU (1964), convênios foram estabelecidos com programas de pós-graduação de cinco universidades federais para a formação de profissionais para atuar no desenvolvimento urbano e local. O SERFHAU para complementar sua capacidade de agência para além dos serviços financeiros procurou uma solução para qualificar técnicos do serviço público. O que já vinha fazendo através de cursos e seminários para formação de planejadores, promovendo a “formação interdisciplinar de um profissional capaz de participar ativa e competentemente dos processos de urbanização, desenvolvimento e modernização nacionais” (Catálogo da COPPE, 1975).

Neste sentido, foi criado o 1º Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos – PNCRH para o Desenvolvimento Urbano e Local que objetivava promover o desenvolvimento local integrado dos centros urbanos do país. As ações do programa eram voltadas para a coordenação das políticas de saneamento, habitação e para a elaboração de planos diretores seguindo os parâmetros de organização técnico-administrativa para municípios estabelecidos pelo Programa de Ação Concentrada – PAC. O PAC lançado em junho de 1969 pelo Ministério do Interior definira 457 concentrações urbanas prioritárias para a execução de políticas locais que demandariam os novos profissionais planejadores (Catálogo da COPPE, 1975).

A segunda edição do PNCRH de 1976 foi elaborada pela Secretaria de Planejamento, Ministério do Interior e pelo Ministério da Educação – MEC, estabelecendo as cinco instituições públicas de ensino superior - UFRJ, UFPE, UNB, USP e UFRGS - que promoveriam cursos de mestrado e especialização nas áreas de planejamento urbano e regional. O Departamento de Assuntos Universitários do MEC e a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas – CNPU ficaram responsáveis pela execução do programa, cabendo à CNPU complementar o salário dos professores, além de financiar projetos de pesquisas (Catálogo da COPPE, 1975).

A institucionalização e cooperação para a capacitação de pessoal para as administrações locais remonta aos anos 1940 e ao o movimento municipalista pan-americano fortalecido no pós-guerras. Além da iniciativa federal, é notória as contribuições do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, instituição criada a partir da Associação Brasileira de Municípios ainda em 1952, no âmbito dos Congressos Brasileiros de Municípios. O IBAM apresentou-se como solução paraestatal financiada com recursos dos próprios municípios, além de dotações pontuais da União para desenvolver estudos e serviços de assessoria técnica em aperfeiçoamento da administração e planejamento municipais. Logo o IBAM consolidou-se como um centro de formação de pessoal para a administração pública local através de experiências desenvolvidas pela Fundação Getúlio Vargas com a qual mantinha estreitos laços por meio dos quadros de pesquisadores e professores em comum (FERREIRA, 2019).

## **2.2 O processo de interiorização das IES e a formação de pessoal para a administração**

Destaca-se nesta nota técnica, a interiorização das IES como parte do processo de qualificação de pessoal para a execução da política urbana. É fato que o país só tem vivenciado o fenômeno da interiorização do ensino público superior, com maior intensidade, na primeira década do século XXI. Essa transformação ocorreu a partir da inserção, na agenda do governo federal, de políticas públicas educacionais que possibilitaram a expansão e a interiorização das universidades públicas brasileiras, que em sua grande maioria, concentravam-se nas capitais e nos grandes centros urbanos.

Além do desequilíbrio da oferta de vagas entre capitais e o interior dos estados, o país enfrentava desigualdade entre suas regiões, no tocante a distribuição de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). De acordo com Pinto (2004), o país apresentou uma grande expansão das matrículas de graduação, entre o período de 1960 a 2002, porém este aumento ocorreu de forma desigual entre a rede privada e a pública. Em 2002, a rede privada era responsável por

70% das matrículas de graduação, o que tornou o Brasil um dos países com maior grau de privatização desse nível de ensino. Até 2004 eram apenas quarenta e cinco IFES, sendo 8 delas concentradas na região sudeste (JESUS, SILVA e GARCIA, 2013).

Partindo do reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de intensificação da qualificação técnico-científica, foi proposta uma sequência de programas, ao longo de duas décadas, visando a ampliação das oportunidades de acesso à educação pública superior.

Na educação de nível superior, nos primeiros anos da década de 2000, o PNE promoveu a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; ampliou a oferta do ensino público de modo a assegurar uma proporção de, pelo menos, 40% do total das vagas; estabeleceu uma política de expansão na perspectiva de reduzir as desigualdades regionais de oferta existentes entre as regiões do país; além de criar políticas que facilitassem o acesso à educação superior das minorias, vítimas de discriminação, por intermédio de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, assim, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino (BRASIL, 2001).

Se no Governo FHC a ação se limitou à criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) regulamentado pela Lei Nº. 10.260 de 12 de julho de 2001, propondo o financiamento ao estudante do ensino superior em instituições privadas, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram implementadas políticas públicas concretas: Programa Expandir (2005), Universidade Aberta do Brasil (UAB) (2006) e o Programa de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais (REUNI) (2007) (BRASIL, 2007a).

O Programa Expandir tinha como um de seus principais objetivos, a ampliação do acesso ao ensino superior, como também, a redução de desigualdades regionais. A Interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão com foco voltado para as necessidade e vocações econômicas de cada região do país. Com a proposta de reduzir as desigualdades regionais formando recursos humanos para pesquisa, pós-graduação e desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2007c).

O Reuni lançado por meio do **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**, veio colaborar com a proposta iniciada pelo Programa Expandir. O programa tinha o intuito de melhorar a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação (BRASIL, 2007b).

Com a implementação desses programas houve um aumento de 45 para 59 universidades federais e de 148 *campi* para 274 *campi*, o que corresponde um crescimento de 85%, no período compreendido entre 2003 a 2012. No tocante a Interiorização, houve um crescimento de 138%, passou de 114 municípios atendidos por Universidades Federais, para 272 municípios contemplados com a instalação de algum *campus* (BRASIL, 2012). O Nordeste foi a região mais beneficiada atingindo um crescimento de 143% no número de *campi*, entre o período de 2003 a 2010.

Cumpra-se registrar que essa preocupação em interiorizar o acesso ao ensino superior se mantém, ao menos no discurso oficial, também no PNE vigente (2014-2024), evidenciando inclusive, a vinculação da política de educação superior com as alternativas de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2014). O referido plano ressalta, ainda, as taxas das regiões Norte e Nordeste e condiciona o cumprimento das metas ali estabelecidas, especialmente em termos de interiorização da educação superior, a um planejamento articulado entre as três órbitas federativas: União, estados e municípios.

A decisão política de expandir e interiorizar o ensino público superior refletiu a crescente demanda por esse nível de ensino e considerou, também, a importância da descentralização do conhecimento científico e intensificação da qualificação profissional. Sabe-se que a interiorização geográfica do ensino superior, além de se mostrar como fator do desenvolvimento regional, apresenta-se como um processo necessário para acompanhar mudanças como: o estrangulamento dos grandes centros, a necessidade de fixação da população nas cidades menores e a demanda por serviços como saúde e educação.

Cocco et. al. (2014) considerou que a universidade tem um papel estratégico no desenvolvimento das regiões, o qual deve ser exercido por meio de um constante compartilhamento de conhecimento com a sociedade. E nesse sentido, a proposta de interiorizar as universidades públicas quando incorporada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), elencou critérios para alocação de *campus*, sendo consideradas três dimensões: social, geográfica e desenvolvimento. Na dimensão social, foram considerados: a universalização de atendimento aos territórios da cidadania (programa da época); os municípios populosos e com baixa receita *per capita* e os municípios que apresentassem índices de extrema pobreza. Na dimensão geográfica, foram considerados os municípios com mais de cinquenta mil habitantes; a universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; os municípios não atendidos por escolas federais e a interiorização da oferta pública de ensino superior federal por estado abaixo da média nacional. Na dimensão do Desenvolvimento, foram também levados em consideração municípios com Arranjos Produtivos Locais – APLs identificados entorno de grandes investimentos (BRASIL, 2014).

Obviamente que os atributos acima listados precisam constantemente serem testados na sua capacidade de gerar os efeitos esperados com a política de expansão e interiorização do ensino superior, ainda que haja “um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão” (BRASIL, 2012).

Sobre isso, Melo e Campos (2014) evidenciam a competência da universidade em proporcionar ensino, pesquisa e extensão, e lembram que essas atividades exigem uma maior titulação docente, além de uma gestão com maior envolvimento social. Os autores ressaltam ainda, os impactos potenciais que podem ser provocados a partir das ações de pesquisa e extensão desenvolvidas.

Gomes e Soria e Silva (2014) também revelam que entre o período de 2003 e 2009, houve um aumento do número de servidores públicos federais, entre técnicos administrativos e docentes, nas instituições de ensino superior. Lubambo e Bastos (2014, p. 66) citam, ainda, “a especulação imobiliária, a criação de empregos, a produtividade e o aumento da dinâmica econômica” como impactos produzidos por essa política. A própria transformação da ocupação do território, assim como a paisagem urbana, naqueles locais que serviram de *locus* para a interiorização das unidades de ensino, tem se revelado um efeito significativo do processo.

Entre alguns dos estudos mais recentes acerca das relações entre as universidades e o desenvolvimento regional, são feitas análises dos impactos diretos gerados, considerando seu caráter tangível e a existência de um instrumental consolidado para sua medição. Neste sentido, a publicação Universidade e Território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI (2021) traz um conjunto de análises que avaliam dentre outros temas a relação do ensino superior e o desenvolvimento regional, as interações universidade-território e a base produtiva regional, a integração regional e a rede urbana

O estudo realizado por Hoff, San Martin e Sopena (2011) chama atenção exatamente por esta abordagem. Quatro dos eixos propostos para organização dos impactos da universidade no desenvolvimento regional são: i) modificação da infraestrutura local: amplia ou cria demanda por meio de investimentos, despesas de custeio, obras e equipamentos, mão de obra, habitação, transporte, lazer, serviços públicos e comércio; ii) influência no ambiente cultural: forma cidadãos, dissemina novas ideias, sensibiliza tanto para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas quanto para ideias vinculadas ao desenvolvimento, além de propiciar contato com atividades culturais diversas; iii) influência no ambiente empresarial: gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente, inclusão de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas organizações, qualificação dos recursos humanos, aumento da produtividade dos fatores de produção, formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais, surgimento de novos empreendimentos e de ambientes de inovação, e disponibilização de suporte científico e tecnológico; e iv) dinamização das economias regionais: gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos, colabora na potencialização de recursos locais e na melhor alocação das atividades produtivas no território, qualifica políticas públicas, colabora no acesso a recursos externos à região e propicia o desenvolvimento e transferência de capital intelectual.

Esta Nota reconhece a evidência desse conjunto de impactos, mas apresenta uma perspectiva propositiva de tematizar aquele último eixo de observação e afirmar que: a mudança na capacidade da gestão pública, em cidades de porte médio, de se beneficiar dos ganhos de conhecimento advindos com a expansão das universidades, desenvolvidos em especial nos programas de arquitetura/urbanismo ou sociologia urbana e ciência política ou áreas afins é real.

Relevante dizer que, para fins deste trabalho, entende-se que mudança é fator decisivo para o desenvolvimento econômico e social, determinando a estrutura institucional em que se dá a relação entre indivíduos e a sociedade. Essa perspectiva analítica é uma importante contribuição

da economia institucional, em especial de Thorstein Veblen, fundador do institucionalismo norte-americano, corrente conhecida mais recentemente por antigo institucionalismo.

Ou seja, a ocorrência de mudança de hábitos de pensamento dos egressos no que tange às variáveis que levam ao desenvolvimento regional de longo prazo: capital humano, know-how, tecnologia e ciência tende a se confirmar e se inserir também na esfera pública governamental.

Tal benefício está pressuposto além dos limites esperados pelo transbordamento do conhecimento adquirido acerca de questões relacionadas a capital humano, knowhow, ciência e tecnologia trazidas pela literatura. Isso porque decorreria de uma ação direta do poder público ao fazer contratações de serviços profissionais, seja via consultoria ou via emprego de servidores na administração pública.

Nessa perspectiva, o papel da universidade enquanto instituição é promover a evolução pessoal do indivíduo, levando-o primeiramente à mudança de hábitos de pensamento para que, posteriormente, esses hábitos sejam transbordados via suas ações, às instituições de sua localidade. Ocorrendo esse processo de forma contínua, incremental e adaptável ao longo do tempo, mudam-se as estruturas institucionais e a região se desenvolve.

Entre alguns dos estudos mais recentes acerca das relações entre as universidades e o desenvolvimento regional, são feitas análises dos impactos diretos gerados, considerando seu caráter tangível e a existência de um instrumental consolidado para sua medição. Neste sentido, a publicação Universidade e Território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI (2021) traz um conjunto de análises que avaliam dentre outros temas a relação do ensino superior e o desenvolvimento regional, as interações universidade-território e a base produtiva regional, a integração regional e a rede urbana

O estudo realizado por Hoff, San Martin e Sopeña (2011) chama atenção exatamente por esta abordagem. Quatro dos eixos propostos para organização dos impactos da universidade no desenvolvimento regional são: i) modificação da infraestrutura local: amplia ou cria demanda por meio de investimentos, despesas de custeio, obras e equipamentos, mão de obra, habitação, transporte, lazer, serviços públicos e comércio; ii) influência no ambiente cultural: forma cidadãos, dissemina novas ideias, sensibiliza tanto para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas quanto para ideias vinculadas ao desenvolvimento, além de propiciar contato com atividades culturais diversas; iii) influência no ambiente empresarial: gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente, inclusão de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas organizações, qualificação dos recursos humanos, aumento da produtividade dos fatores de produção, formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais, surgimento de novos empreendimentos e de ambientes de inovação, e disponibilização de suporte científico e tecnológico; e iv) dinamização das economias regionais: gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos, colabora na potencialização de recursos locais e na melhor alocação das atividades produtivas no território, qualifica políticas públicas, colabora no acesso a recursos externos à região e propicia o desenvolvimento e transferência de capital intelectual.

Neste trabalho adota-se a perspectiva propositiva de tematizar o último eixo de observação e afirmar que: a mudança na capacidade da gestão pública, em cidades de porte médio, de se beneficiar dos ganhos de conhecimento advindos com a expansão das universidades, desenvolvidos em especial nos programas de arquitetura/urbanismo ou sociologia urbana e ciência política ou áreas afins é real.

Entende-se que a mudança é fator decisivo para o desenvolvimento econômico e social, determinando a estrutura institucional em que se dá a relação entre indivíduos e a sociedade. Essa perspectiva analítica é uma importante contribuição da economia institucional, em especial de Thorstein Veblen, fundador do institucionalismo norte-americano, corrente conhecida mais recentemente por antigo institucionalismo.

Ou seja, a ocorrência de mudança de hábitos de pensamento dos egressos no que tange às variáveis que levam ao desenvolvimento regional de longo prazo: capital humano, know-how, tecnologia e ciência tende a se confirmar e se inserir também na esfera pública governamental.

Tal benefício está pressuposto além dos limites esperados pelo transbordamento do conhecimento adquirido acerca de questões relacionadas a capital humano, knowhow, ciência e tecnologia trazidas pela literatura. Isso porque decorreria de uma ação direta do poder público ao fazer contratações de serviços profissionais, seja via consultoria ou via emprego de servidores na administração pública.

Mesmo não sendo objetivo desta NT analisar tantos aspectos, acredita-se que os efeitos esperados com a intensificação da contribuição de novos profissionais nas regiões do interior são dignos de investigação. Nesta Nota Técnica testa-se o argumento de que a maior presença das IES em regiões pouco beneficiadas com a proximidade do conhecimento técnico-científico, tende a favorecer a retenção e aplicação desse conhecimento na formulação e implementação de políticas públicas locais, garantindo melhores condições para o desenvolvimento do território nacional, regional e local. Ou seja, ao mesmo tempo que a formação e fixação de quadros qualificados nas localidades do interior seguia precária, as organizações do mercado e as estruturas de poder público tinham que “importar” talentos profissionais que permaneciam nos grandes centros urbanos. Será que o modelo que acentuava as carências de qualificação e profissionalização do interior brasileiro, resultando em reduzida capacidade institucional das esferas públicas (em especial das que tratam de programas urbanos), ostenta sinais de mudança nos últimos anos com a interiorização das IES? Na seção a seguir analisamos esse argumento.

### **3 Seção II – IDENTIFICAÇÃO DOS POLOS REGIONAIS COM POTENCIAL DE IMPACTO PARA DESENVOLVER UMA REDE PILOTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS PELA PNDU.**

Esta seção está subdividida em 4 subseções, cada uma abordando um aspecto analisado para a definição de uma “rede piloto” de assistência técnica aos municípios pela PNDU. A abordagem adotada segue o mesmo sentido da seção anterior. Dada a limitação de dados específicos sobre a assistência / assessoria técnica para municípios de todo o país, optou-se por algumas aproximações, adotando como variáveis *proxy*: 1 - a distribuição de IES em cidades-polo de

regiões geográficas intermediárias (e excepcionalmente nas imediatas): 2 - a presença, nas regiões geográficas selecionadas pela variável anterior, de programas de pós-graduação nos campos escolhidos pertinentes à PNDU e; 3 - a distribuição de casos/ experiências de assistência/ assessoria técnica a municípios em cidades-polo com IES a partir de estudos de caso coletados nos anais do último ENANPUR.

As considerações feitas sobre o levantamento não são exaustivas e podem indicar a necessidade de produção de dados e informações complementares para melhor estabelecer a viabilidade e as necessidades específicas de uma rede de assistência técnica de IES articulada pela PNDU.

### **3.1. A complexidade da PNDU e a heterogeneidade dos municípios-polo de regiões geográficas: definições de critérios para o universo amostral.**

Depreende-se que a PNDU seja uma política abrangente, complexa e multi/transescalar. Abrangente em termos territoriais e setoriais, pois não incide isoladamente nas formações<sup>13</sup> ou centros<sup>14</sup> urbanos, mas no conjunto da rede urbana composta por esses espaços. Setorialmente, a PNDU compreende serviços públicos urbanos voltados à realização de direitos sociais (moradia, transporte, lazer, emprego<sup>15</sup>), liberdades civis (livre iniciativa, participação política) e ao cumprimento de objetivos constitucionais como a erradicação da pobreza, redução das desigualdades regionais e integração social, com recortes específicos como a reversão dos efeitos do racismo e demais formas ilegais de discriminação. É também complexa dado o cruzamento dos diferentes setores da atuação estatal e não-estatal, além da concorrência de competências materiais e legislativas dos diferentes entes da federação. Por fim, é multiescalar devido as próprias características do fenômeno urbano que se manifesta em várias forma e tipos entre povoações quase-rurais e grandes metrópoles, ou cidades-região, todas articuladas em rede com diferentes graus de conectividade.

A complexidade da PNDU é um desafio para a maioria dos municípios ante a persistência de suas insuficiências para o exercício de suas atribuições, gerando contingências não só de ordem econômico-financeira, mas também de capacidade institucional. Além da complexidade, destaca-se a questão escalar, particularmente quando observada a necessidade de integração territorial das políticas públicas. Integração essa apontada pelo TD introdutório (COSTA et al., 2020) como indispensável para a PNDU, sendo inclusive o elemento de intercessão entre esta nota e as demais do tema de governança interfederativa.

A exceção de Brasília (Distrito Federal) e da Vila dos Remédios (em Fernando de Noronha, distrito de Pernambuco) toda formação urbana brasileira está situada em municípios com idênticas atribuições político-administrativas. Essa simetria institucional é indiferente a espacialidade dos núcleos urbanos, em outras palavras, não há alterações no desenho

---

<sup>13</sup> Formações urbanas no sentido de espaços urbanos indiferentes à organização político-administrativa (vilas e cidades) ou às classificações do IBGE (2021) (arranjos populacionais, povoações etc.).

<sup>14</sup> Centro urbano com o sentido empregado pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades REGI do IBGE, ou seja, como as sedes de municípios.

<sup>15</sup> Esses outros listados no artigo 6º da Constituição Federal.

institucional e nas atribuições dos entes federativos que considerem as características espaciais de cada lugar.

Os elementos da divisão territorial brasileira estão definidos no Decreto-Lei nº 311 de 1938<sup>16</sup>. A norma estabelece que toda sede municipal deve receber a categoria de cidade e que as sedes dos distritos de um município são vilas. O regramento também estipula que para instalar os distritos e municípios deverão ser delimitados o quadro urbano e suburbano, no qual, deve haver, ao menos, 30 moradias para as vilas e, 200 para as cidades. Mesmo que defasadas e incompletas, as regras guardam alguma materialidade sobre a caracterização do espaço urbano. Já as atribuições institucionais dos municípios são definidas pela Constituição Federal no artigo 29 sem quaisquer parâmetros específicos sobre a administração de vilas e cidades, nem sua caracterização.

A criação de municípios é tema controverso pela ausência de regulamentação do artigo 18 da Constituição que dispõe sobre a matéria. O desmembramento, fusão e criação devem ser feitos por lei estadual, após plebiscito, no período estipulado por lei complementar federal e mediante apresentação e publicação de estudo de viabilidade na forma da lei. Todavia, as duas tentativas de regulamentação da matéria<sup>17</sup> foram vetadas pelo executivo federal<sup>18</sup> alegando que as propostas não tratavam adequadamente do impacto fiscal-financeiro que a criação de novos municípios e, portanto, novas máquinas administrativas criaria.

O veto do executivo expõe questão central sobre o formato institucional dos municípios: o custo de transação decorrente da concentração das atribuições no espaço da sede e em um executivo singular majoritário. A centralização político-administrativa leva os distritos (vilas e suas dependências) a pleitear a emancipação para uma vez dotados de competências e recursos próprios realizarem as políticas de seu interesse. Contudo, em muitos dos casos, o histórico de emancipações mostra como esses distritos não dispõem de base econômica nem de outros elementos necessários para manter uma burocracia própria, ficando dependentes de repasses obrigatórios e programas pré-formatados. Contudo, ainda assim conseguem efetivar, embora deficientemente, as políticas públicas de que carecem (FERRARI, 2016). Em outros casos, as emancipações municipais dão-se por conflitos de interesses entre grupos mais ou menos territorializados, criando municípios “viáveis”, ao custo de fragmentar a administração e a administração do espaço em diferentes entes autônomos dificultando a conciliação dos interesses com a necessária coordenação territorial das políticas urbanas.

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm) Acesso em: 15 out. 2021.

<sup>17</sup> Projeto de Lei Complementar PLP 416/ 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=412854>

Projeto de Lei Complementar PLP 397/ 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=615815>

<sup>18</sup> Agência Câmara de Notícias. **Dilma veta novamente regras para criação de municípios** - Fonte: Agência Câmara de Notícias

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/440241-dilma-veta-novamente-regras-para-criacao-de-municipios/>

Além da simetria formal, os municípios são dotados de ampla autonomia, resultante da descentralização constitucional pós-1988. O que pode ser um fator complicador para a integração territorial de políticas públicas e, também, os deixar desprovidos dos recursos econômicos necessários para cumprir com suas competências.

Acrescente-se à simetria e à descentralização, a heterogeneidade regional brasileira. Não raro, formações urbanas em diferentes posições hierárquicas e de integração na rede urbana exercem e acumulam funções equivalentes, novamente, indiferente a suas capacidades institucionais e econômicas. Essa heterogeneidade é tanto inter-regional quanto intrarregional além de apresentar características peculiares em cada região. A pesquisa **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)** do IBGE permite observar essas características, além de revelar que são poucas as divisões regionais da rede que urbana com a hierarquia completa de centros urbanos, onde constem todos os níveis urbanos articulados (IBGE, 2020).

Note-se que tomando como base a categoria centros urbanos, alça-se apenas as sedes dos municípios como unidade básica de referência. Como dito, a espacialidade urbana manifesta-se em diversas dimensões e características que transcendem às categorias político-administrativas adotadas para a gestão do urbano.

Institucionalmente, as formações também podem ser designadas como metrópoles e aglomerações urbanas. Contudo, a própria designação de um dado lugar com quaisquer dessas categorias não obedece a critérios espaciais-geográficos ou econômico-sociais, mas sim a deliberações políticas que operam a partir de estímulos específicos, em particular acesso a recursos de programas de investimento federais (MARGUTI et al. 2021).

Ainda a respeito da diversidade dos municípios, a nota técnica A agenda urbana e a escala municipal: elementos para discussão tipológica de municípios (FUNAR, LUI & FERREIRA, 2021) propõe a adoção de indicadores de fragilidade institucional municipal. Esses indicadores podem servir para o aperfeiçoamento do diagnóstico acerca da heterogeneidade das capacidades institucionais apontando, dentro de cada região e classificação tipológica, quais os municípios prioritários para o desenvolvimento de programas de assistência técnica.

Como discutido na seção anterior, utiliza-se nesta Nota Técnica a presença de IES como indicador para o potencial de capacitação institucional. O recorte espacial aplicado é o das regiões geográficas de 2017. É oportuno que se utilizem recortes já estabelecidos pelo IBGE, compatíveis com as tipologias de classificação urbana vigentes tanto da REGIC quanto dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas. A coincidência tipológica facilita o cruzamento de dados e informações.

Para a definição de uma amostra de lugares que servisse de referência para a construção da rede de assistência técnica inicial, identificaram-se as cidades sede de regiões geográficas imediatas<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> “As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos [...]” (IBGE, 2017, p. 2).

com intuições federais de ensino superior e, dentre essas, aquelas com programas e unidades em áreas pertinentes à PNDU. Uma vez constatado que o número de RGI's com IES atuando nas áreas escolhidas é bem menor que o número total de RGI com ou sem IES, optou-se pelo recorde de escala maior das regiões geográficas intermediárias RGINT<sup>20</sup>.

Outra adaptação necessária foi a inclusão de IES públicas ou filantrópicas não-federais na amostra. Essas inclusões se deram a posteriori, a partir das listas de programas e cursos das áreas escolhidas que acabaram por trazer IES estaduais, comunitárias atuando em RGINT onde não há uma IES federal, mas que contam com projetos e experiências importantes de assistência técnica e assessoria em política urbana para os municípios da respectiva RGI ou REGINT.

### **3.2. Seleção de IES em áreas afins à PNDU e sua distribuição pelas cidades-polo de regiões geográficas intermediárias - RGINT**

A PNDU aciona múltiplos campos do saber cuja delimitação acadêmica e profissional nem sempre guarda correspondência direta com os segmentos da Política. No Brasil, o planejamento urbano e regional desenvolveu-se mais através de cursos de pós-graduação, sem uma graduação profissional específica. Nos países onde há a profissão de planejador/a urbano e regional, essa se constitui numa das ênfases ou linhas de atuação disponíveis na graduação e agrega saberes que aqui se encontram disperso nos cursos de arquitetura e urbanismo, geografia, direito e economia<sup>21</sup>. Por outro lado, no Brasil, as pós-graduações acadêmicas e profissionais multidisciplinares reúnem esses campos. Como visto, essas unidades e programas acadêmicos foram criados como centros de referência na formação profissional e no desenvolvimento de soluções em política para o desenvolvimento urbano.

Alguns campos se destacam pela produção científica, experiência em atividades de extensão e participação em processos de assistência/ assessoria técnica para municípios ou diretamente para a população. Fazer um levantamento completo de todas as iniciativas e produção de todos os campos com conexões com a PNDU demandaria mais tempo e recursos do que os disponíveis para esse estudo preliminar. Portanto, a disponibilidade de informações referenciáveis nas regiões geográficas foi o critério de seleção adotado. Buscaram-se então IES atuando nos campos de planejamento urbano e regional, geografia e políticas públicas com linhas e programas voltados para política urbana.

---

<sup>20</sup> “As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade” (IBGE, 2017, p. 2).

<sup>21</sup> A comparação entre os graus de formação é difícil dada a assimetria dos sistemas de ensino superior. Via de regra, no países anglo-saxões, a graduação profissional é composta de dois ciclos, um de bacharelado em uma área mais abrangente, seguido de outro de ênfase (*major*) ou graduação (*degree*) em uma área específica. Assim a profissão de *urban and regional planning* nos EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá anglófono é um “major” oferecido por diferentes programas, possível de ser obtido a partir de ciclos de bases diferentes, mas que guardam um conjunto de disciplinas semelhantes.

Na França, Bélgica, Canadá francófono a profissão é uma ênfase do curso de urbanismo ou ainda a figura do *aménageur* (ordenador/ arranjador – em tradução livre) que pode ser uma ênfase dos cursos de geografia, engenharia e arquitetura. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, p. 52, Pierre Merlin, Françoise Choay, Puf, 2010.

Os resultados apresentados a seguir dividem-se em duas linhas, uma é a distribuição geográfica das IES com potencial de atuação nos campos escolhidos, o que gerou uma lista de cidades-polo de RGINT e, em alguns casos, polos de RGI, dada a ausência de uma IES no polo da RGINT com programa em uma das áreas afins à PNDU. Por fim, a partir dessa lista de IES e lugares, selecionaram-se trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional de 2019 (ENANPUR) em seções livres e temáticas relacionadas aos temas da PNDU para, a partir da descrição de seus objetos e experiências, apontar potenciais entradas para uma futura rede de assistência técnica da PNDU.

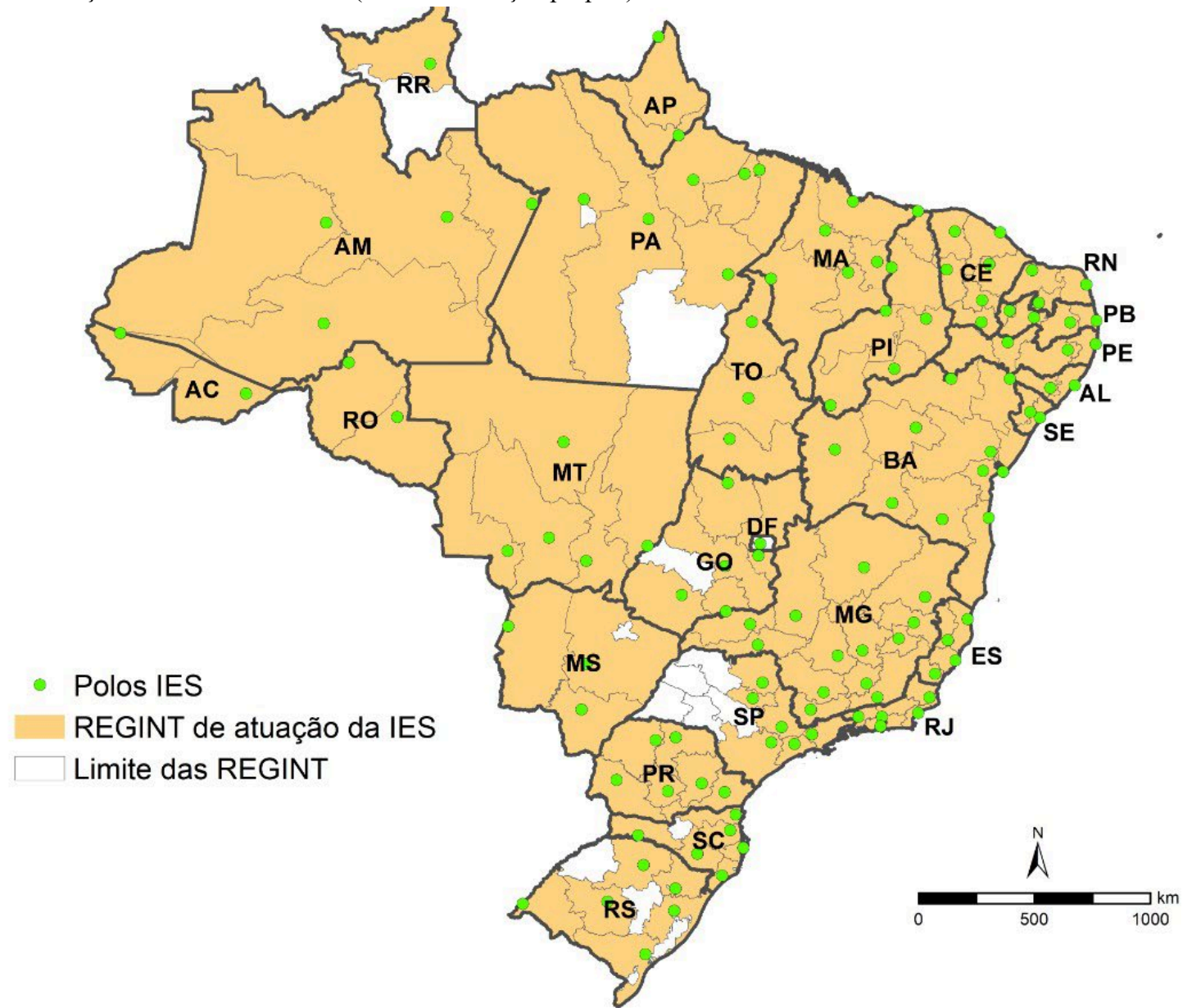
O IBGE (2017) identifica 510 RGI no Brasil, das quais, 357 contam com IES **federais**<sup>22</sup>. Essas RGI com IES, por sua vez, compõem 122 RGINT, somando 4.031 municípios, com cerca de 163 milhões de habitantes em 2010<sup>23</sup>. Esses dados indicam que aproximadamente 80% dos municípios e da população estava polarizados por cidades com IES. Esse pode ser tomado como o universo inicial potencial para a formação de uma rede de assistência técnica coordenada pela PNDU.

---

<sup>22</sup> Com dados do Ministério do Desenvolvimento Regional

<sup>23</sup> Com dados do CENSO 2010 e IBGE (2017).

Figura 1- Distribuição das REGINT com IES (fonte: elaboração própria)



Desse universo selecionaram-se as cidades-polo com IES atuando nos campos definidos nesta nota. Como dito, nesta segunda contagem, optou-se pelo recorte das RGINT, além de acrescentar as IES não-federais (públicas ou filantrópicas). Nesta segunda contagem, amplia-se para 125 o total de RGINT com IES, porém apenas 46 RGINT contam com programas nas áreas selecionadas. O número de municípios com IES e com potencial de atuação em assistência técnica pelos critérios estabelecidos nesta nota chega a 57. Ressaltando-se que, em alguns casos, não é no núcleo urbano ou arranjo populacional polo da RGINT onde está a sede da IES com o programa em questão<sup>24</sup>; em outros casos, há mais de um município na mesma RGINT e RGI com IES, a exemplo das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Também ocorre de haver mais de uma IES por RGINT e/ou IES com mais de um programa, no mesmo município ou em municípios-polo de diferentes RGI da mesma RGINT. Por fim, número total de programas levantados chega a 89, distribuídos pelas macrorregiões como a seguir:

<b>Região</b>	<b>Nº RGINT com IES</b>	<b>Nº IES com programas</b>	<b>Total de programas</b>	<b>Nº RGINT com IES com programas</b>
Norte	20	6	8	6
Nordeste	42	13	19	12
Sudeste	31	18	34	12
Sul	18	14	19	9
Centro-Oeste	14	6	9	7
Brasil	125	57	89	46

(Tabela 1 - Fonte: elaboração própria)

A distribuição dos programas e das IES reflete a tendência de concentração no Centro-Sul do país, embora, em termos de distribuição espacial, a região Nordeste apresente o mesmo número de RGINT com programas atuando em áreas afins à PNDU que a região Sudeste. Outro destaque é a distribuição intrarregional dos programas. Na região Norte, pouco mais de 25% das cidades-polo com IES contam com programas nas áreas selecionadas, tal número chega a 50% nas regiões Sul e Centro-Oeste. Nas regiões Sudeste e Nordeste, os números também são modestos com apenas 28% e 32% das RGINT com IES atuando nas áreas selecionadas. Por outro lado, a região Sudeste destaca-se pela quantidade de programas e IES, respectivamente 38% do total de programas e 31% das IES com atuação na área.

Essa concentração intrarregional e inter-regional resulta em territórios não cobertos por IES com potencial de assistência técnica. Estados inteiros como Acre, Rondônia, Amapá, Alagoas e Piauí não contam com nenhuma IES com atuação nas áreas selecionadas. Há também que se considerar a distribuição regional dentro dos próprios estados. O Pará conta com alguma desconcentração, alcançando RGINT há mais de 300km da capital, (Marabá e Breves). Desconcentração também verificada na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São

<sup>24</sup> Casos de: Pau dos Ferros na RGINT de Mossoró, São João del Rei na REGINT de (Barbacena), Lavras (Varginha), São Carlos (Araraquara), Rio Verde (Jatá), Rio Grande (Pelotas), Pato Branco, Foz do Iguaçu (Cascavel).

Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, todos com programas fora das RGINT das respectivas capitais.

Neste sentido, vê-se o impacto dos programas de expansão universitária comentados na seção anterior. Várias das IES identificadas têm até 20 anos de existência, contam com programas recém-criados e algumas ainda sem unidades próprias de pós-graduação nas áreas selecionadas, mas já com unidades de pesquisa, extensão e programas conjuntos com IES de outras regiões. Essas unidades e programas conjuntos não foram computados devido a sua difícil identificação, uma vez que não aparecem nas listas de programas vinculados as associações nacionais de pesquisa das respectivas áreas. A evidência de sua existência dá-se através dos trabalhos encontrados nos anais do ENANPUR. Todavia, esse tipo de parceria aponta para um potencial de atuação em rede que pode ser aproveitado pela PNDU para um maior alcance.

Dadas as características das RGINT, que variam amplamente em área e população, elegemos as RGI dos polos das RGINT com programas nos campos de interesse da PNDU para o recorte de população diretamente sob influência de uma IES com potencial de prestar assistência técnica. A maior parte dos programas está em arranjos populacionais e centros urbanos de hierarquia superior da REGIC, portanto, com as maiores populações. Contudo, quando comparada a população total de cada uma das 5 macrorregiões com as populações das respectivas RGI com programas, notamos que a concentração espacial dos programas em áreas mais povoadas não reflete necessariamente em uma cobertura populacional ampla.

A região Centro-Oeste, embora conte com o menor número de programas, apresenta a maior cobertura populacional (53%), posto que, a distribuição dos programas dá-se pelos arranjos populacionais de maior hierarquia e mais populosos. Eles estão presentes nas metrópoles de Brasília e Goiânia, nas respectivas capitais regionais da rede urbana da região (Campo Grande, Cuiabá, Dourados e Rondonópolis), além do centro sub-regional B (Jataí – GO), sede de uma RGI de população expressiva para a média da região Centro-Oeste.

Mantendo o senso de 2010 como referência, 52% da população da região Sudeste estaria em municípios de uma RGI com IES com potencial de prestar assistência técnica. Novamente, a presença dos programas em todas as metrópoles da região favorece a cobertura (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Vitória<sup>25</sup>). Por outro lado, a maioria das 32 RGI das capitais regionais do Sudeste não tem programas com atividades em áreas de interesse da PNDU. Desse ranque, apenas 5 (Bauru, Campos dos Goitacazes, Montes Claros, Uberlândia e Presidente Prudente) têm programas. A RGI do Rio de Janeiro destaca-se por concentrar 3 IES, mais a Escola Nacional de Estatística do IBGE, em 3 municípios, somando 7 programas em todas as áreas levantadas; seguida da RGI de Belo Horizonte com 5 programas, em 2 IES; das RGI de Campinas e de Rio Claro (integrantes da RGINT de Campinas) com 5 programas de 3 IES, em 2 municípios; e da RGI de São Paulo com 4 programas em 2 IES, em 2 municípios. Em São Paulo e

---

<sup>25</sup> Campinas e Vitória foram elevadas à categoria metrópole pela Divisão Urbano e Regional do Brasil de 2021 (IBGE, 2021).

Minas Gerais a cobertura das IES não-federais (estaduais ou filantrópicas) é relevante, pois estão presentes em 3 RGINT (Presidente Prudente, Campinas e Bauru) onde não há IES federais.

A região Sul, apesar de ter a maior proporção de programas em áreas de interesse nas RGINT com IES, conta menos da metade da população, 38%, em RGI cobertas pelos respectivos programas. Essa configuração talvez se explique pelo padrão de urbanização da região, no qual, o peso demográfico relativo das metrópoles (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) é menor. Há apenas 4 dentre as 15 capitais regionais da região Sul com IES com atuação nas áreas selecionadas (Blumenau, Cascavel, Chapecó e Ponta-Grossa). O número de IES não-federais (filantrópicas, estaduais ou comunitárias<sup>26</sup>) com programas, na região, é igual ao de IES federais, somando 14 IES, atuando em 10 RGI. As IES não-federais são importantes para a integração de uma rede de assistência técnica, pois alcança as RGINT sem instituições federais, como é o caso de Blumenau, Guarapuava e Ponta-Grossa.

A região Nordeste tem 19 programas em 12 RGI, cobrindo também 38% da população. As RGI das três metrópoles (Fortaleza, Recife e Salvador) contam todas com mais de um programa em diferentes áreas. Dentre as 20 capitais regionais, 8 (Aracajú, Campina Grande, Feira de Santana, João Pessoa, Natal, São Luís, Sobral e Vitória da Conquista) têm IES com programas que podem integrar uma rede de assistência técnica. Por outro lado, os estados do Piauí e Alagoas não tem nenhum programa identificado ou relatos de parcerias entre unidades acadêmicas envolvendo as IES presentes nos seus respectivos territórios e desenvolvendo atividades em áreas afins à PNDU. A presença de um programa na RGI de Paus dos Ferros – RN (centro sub-regional), parte da RGINT de Mossoró (capital regional), é um indicativo do potencial de capilarização da rede de assistência técnica, alcançando 34 municípios de pequeno porte, integrantes de uma mesma RGI.

Coincidentemente, a região Norte, pelo senso de 2010, também apresenta cobertura de 38% de sua população em RGI com IES, com programas selecionados para os fins deste levantamento. Assim como nas demais regiões, as RGI das duas metrópoles (Belém e Manaus) contam com programas em diferentes áreas. As grandes dimensões geográficas da região Norte (mais de 4 milhões de km<sup>2</sup>) tornam ainda mais relevante a distribuição espacial dos programas entre as RGINT. Todavia, das 11 RGI correspondentes às capitais regionais, apenas 3 (Boa Vista, Marabá e Palmas) têm programas. Dos sete estados da região Norte, três (Acre, Rondônia e Amapá) não têm programas ainda que contem com IES federais. Apenas no Pará há programas fora da RGINT da capital, encontrados nas RGI de Breves e Marabá que também correspondem a duas RGINT.

---

<sup>26</sup> As ICES (Instituições Comunitárias de Ensino Superior) foram reconhecidas pela lei 12.881 de 2013 e têm por característica o reinvestimento integral de suas receitas nas próprias atividades, vedado o lucro.

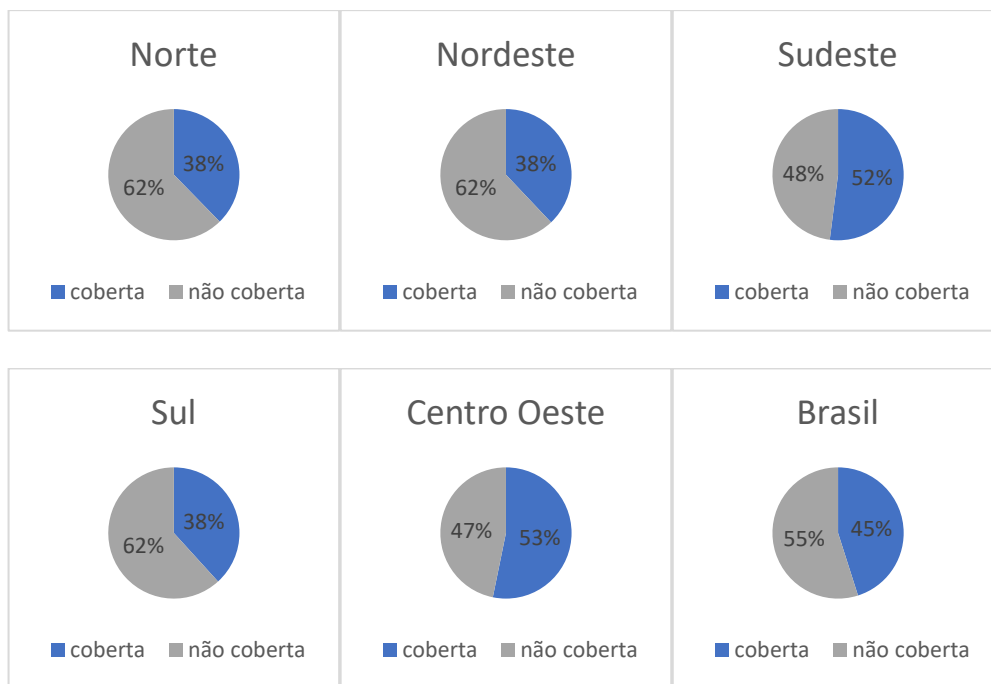


Figura 2 Cobertura populacional potencial de programas em áreas afins à PNDU por macrorregião. (Fonte: elaboração própria com base no CENSO 2010)

### 3.3 Considerações sobre a distribuição das IES conforme a tipologia urbana para a configuração da rede de assistência técnica a municípios.

Acrescentam-se às caracterizações regionais, as seguintes considerações sobre a distribuição das IES com potencial de formação de uma rede de assistência técnica para a PNDU. Elas visam aproximar este estudo da orientação geral dos estudos sobre a PNDU sobre a considerar a diversidade do fenômeno urbano no território brasileiro e a necessidade de se desenharem soluções que contemple essa diversidade.

Em primeiro lugar, nota-se que a taxa de urbanização das regiões (IBGE, 2010) é um indicativo para a cobertura demográfica dos programas capazes de prestar assistência técnica aos municípios. Aparentemente, a urbanização elevada é um fator relevante para a criação de programas dedicados ao desenvolvimento urbano. O que pode ser uma consequência da identificação de problemas associados ao próprio processo de urbanização. Em segundo lugar, observa-se que os programas se distribuem predominantemente em arranjos populacionais classificados como metrópoles e capitais regionais, além de alguns centros sub-regionais que podem corresponder respectivamente a tipologias urbanas próprias. A consideração de ao menos três topologias<sup>27</sup> urbanas distintas permitiria uma especialização da assistência técnica.

Sobre a primeira consideração, observamos que a urbanização nas regiões Sudeste (92%) e Centro-Oeste (88%), corresponde a maior cobertura demográfica pelos programas selecionados. A região Sul, ainda que seja a terceira mais urbanizada (85%), como visto acima, tem cobertura relativa igual a das regiões Norte (73,5%) e Nordeste (73%). Como já dito, a desconcentração da

<sup>27</sup> Neste sentido aguarda-se a conclusão da posposta de tipologia urbana em andamento pelo IBGE que possa ser adotada para a especialização das ações de assessoria técnica.

população urbana em arranjos populacionais e núcleos urbanos de porte intermediário no Sul reduz a população ao alcance dos programas nas metrópoles e capitais regionais.

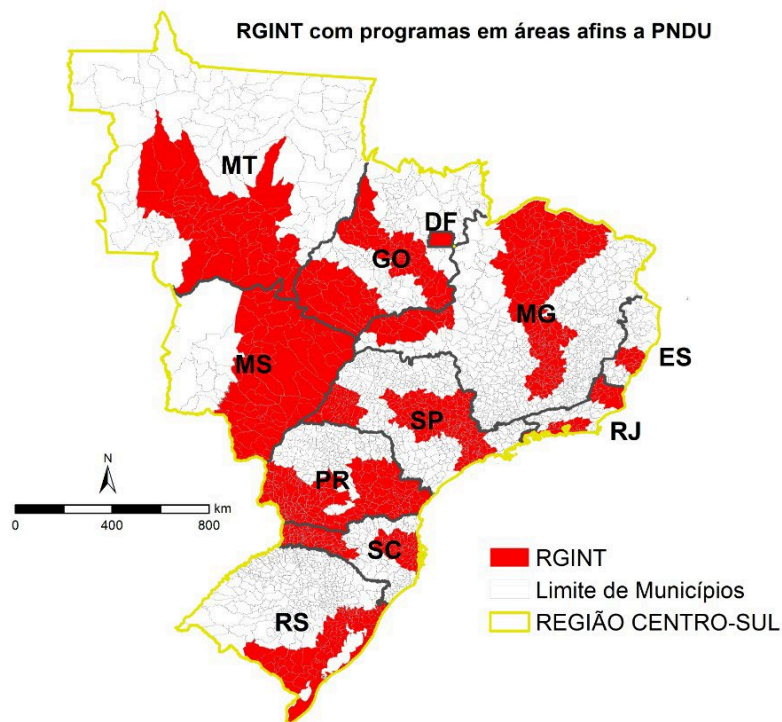


Figura 3 RGINT com programas em áreas afins à PNDU Centro - Sul (fonte: elaboração própria)

O Nordeste não pode ser lido de maneira homogênea. De um lado, verifica-se o potencial de capilarização da assistência técnica através de programas em RGI com grande número de municípios com menor porte urbano. Neste sentido, destaca-se a RGI de Pau dos Ferros, com 34 municípios, encabeçada por um município de porte intermediário se comparado aos demais (entre 20 e 50 mil hab.), mas cuja área de influência e dinâmicas urbanas alcançam 55 municípios<sup>28</sup>. Por outro lado, ainda que várias das RGINT mais urbanizadas contenham programas, os arranjos populacionais de Teresina e Maceió, com cerca de 1 milhão de habitantes cada, não contém unidades de IES dedicadas às questões do desenvolvimento urbano, o que denota um desenvolvimento institucional da temática urbana assimétrico entre os 9 estados da região, implicando que o grau de urbanização não é decisivo para a presença de programas na área.

No Norte, essa assimetria é ainda mais acentuada. As RGI de Porto Velho e Macapá embora tenham populações maiores que as RGI das capitais regionais Palmas e Boa Vista e conformem arranjos populacionais, denotando um grau maior de complexidade de suas formações urbanas, não apresentam ainda centros de formação e pesquisa dedicados ao desenvolvimento urbano; assim também se encontra Rio Branco no Acre. Uma leitura possível para essa diferença é o

<sup>28</sup> (Confira: DANTAS, CLEMENTINO & SILVA, 2015)

impacto da integração dessas áreas urbanas na rede urbana do país. As RGI com centros urbanos mais integrados às metrópoles da região e de outras partes do país (Marabá, Breves, Boa Vista, Palmas) podem apresentar estímulos mais fortes para discutir e formar profissionais dedicados às questões do desenvolvimento urbano. Uma vasta área da região ainda tem de peculiar os núcleos urbanos interligados pela rede fluvial, tema que ainda escapa dos estudos urbanos. O arco de desmatamento que leva consigo outras formas de ocupação do território também pode implicar em questões urbanas distintas das cidades ribeirinhas e das metrópoles da região.

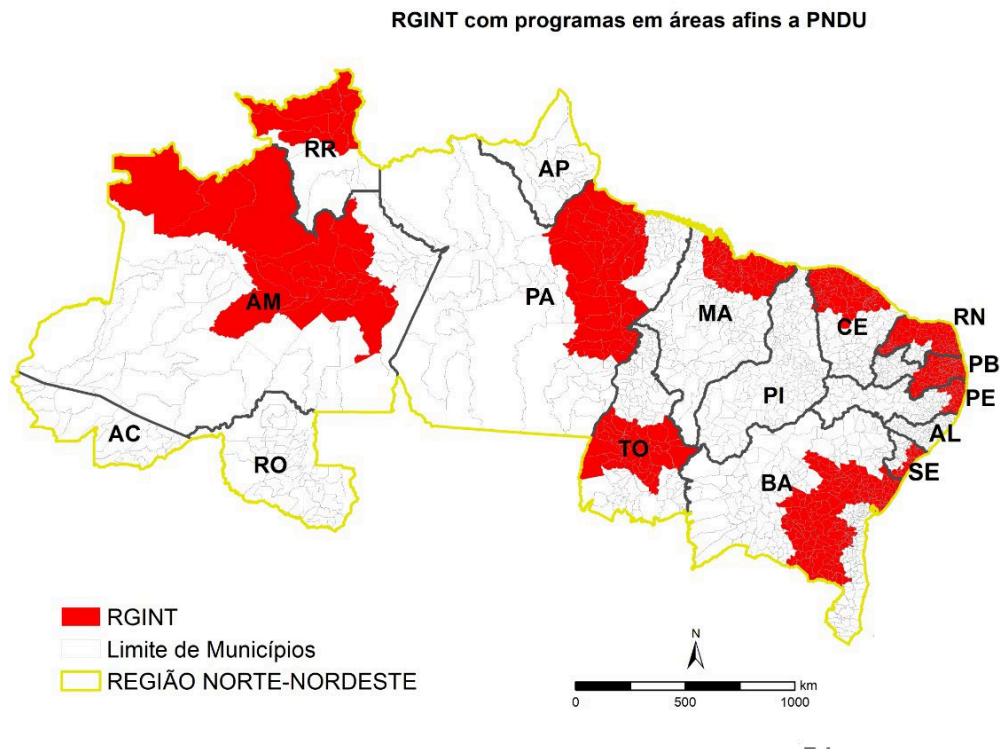


Figura 4 RGINT com programas em áreas afins à PNDU N-NE (fonte: elaboração própria)

A segunda consideração é sobre as possibilidades de estruturação especializada da rede de IES para assistência técnica a municípios. Todos os arranjos populacionais classificados como metrópoles pela tipologia urbana do IBGE<sup>29</sup> contêm programas dedicados a formação, pesquisa e, em alguns casos, projetos de assistência técnica em temas da PNDU. Em seguida, a categoria de núcleos urbanos com maior número de programas são as capitais regionais, estando o restante dos programas localizados em centros sub-regionais. Essa distribuição permite que uma eventual rede de assistência técnica possa ser organizada em recortes por categoria, favorecendo o aperfeiçoamento das ações e o desenvolvimento de políticas e soluções adequados ao porte e qualidade das questões urbanas envolvidas. Vale ressaltar que o tipo “metrópole” do IBGE não coincide com as regiões metropolitanas criadas pelos estados sob o regime do Estatuto da Metrópole, portanto, seria desejável não usar expressões como “rede

<sup>29</sup> Divisão Urbana e Regional do Brasil (2021), Região de Influência das Cidades (2018).

metropolitana” ou “municípios metropolitanos”, mas, talvez, “rede metrópoles” para designar um programa ou política de assistência técnica para metrópoles.

Quanto às capitais regionais, essas variam em configuração urbana, ora conformadas por arranjos populacionais compreendendo, ou não, regiões metropolitanas instituídas pelos estados, ora são municípios isolados. Em ambos os casos, isso não se traduz necessariamente em núcleos urbanos contíguos e conurbados para os arranjos populacionais ou insulados para os municípios isolados. A morfologia urbana tende a escapar às classificações que adotam todo o território dos municípios como menor escala de organização espacial. Essa peculiaridade é mais um fundamento para a especialização da atuação da rede de assistência técnica para o desenvolvimento urbano. São casos ilustrativos, os municípios de Porto Velho e Sobral cujos núcleos urbanos encontram-se dispersos no território e configuram morfologias variadas que só são parte do mesmo arranjo populacional por estarem no território do mesmo município.

Neste sentido, Porto Velho é um exemplo contundente, onde os núcleos de São Luís e Extrema (Distrito de Nova Califórnia) encontram-se a 380km da sede, ao passo que a sede do município vizinho de Candeias do Jamari está a 23km da sede de Porto Velho e configura o arranjo populacional de Porto Velho. Sobral, onde, como visto, há um programa listado, apresenta configuração urbana semelhante, com as vilas mais afastadas da sede municipal (Aprazível, Aracatiaçu) mais longe do que as cidades sedes dos municípios vizinhos (Forquilha e Massapê) com os quais se configura o arranjo populacional. Há outros casos de cidades-gêmeas e arranjos populacionais em RGI próximas não tão hierarquizados, mas altamente dinâmicos como é o caso de Araraquara e São Carlos.

Por fim, há o caso dos municípios de menor porte, mas ainda assim com dinâmicas e desafios relevantes para o desenvolvimento urbano que podem configurar uma terceira categoria de assistência técnica, eventualmente associada a programas em capitais regionais ou centros sub-regionais como Vitória da Conquista, Chapecó e São Carlos. Os municípios citados contêm exemplos de cidades que encabeçam RGI com dinâmicas urbanas expressivas em municípios não necessariamente associados ao arranjo populacional do polo da RGI.

### **3.4 Distribuição espacial e objetos de experiências de assistência técnica em desenvolvimento urbano**

Dezenove<sup>30</sup> trabalhos do XVIII ENANPUR foram selecionados com o objetivo de sondar as áreas, os objetos e os lugares das experiências de assistência técnica a municípios executadas por IES. Reforça-se, mais uma vez, que este levantamento não é exaustivo, mas exemplificativo e se

---

<sup>30</sup> Outros trabalhos foram encontrados, mas, ainda que tratem de experiências de assistência técnica envolvendo municípios, têm objetos que não tocam diretamente com os temas da PNDU, como extensão rural e agricultura familiar. Entretanto, é possível que se considere uma interface entre as ações uma vez que o rural e o urbano, dependendo da região, tendem a tornar-se indistinguíveis. Por exemplo: Santa Cruz do Sul e Tramandaí, ambas no Rio Grande do Sul, são RGI com IES desenvolvendo atividades de assistência técnica em desenvolvimento regional para os municípios das respectivas regiões imediatas. No caso, os projetos abordam apoio a gestão agrícola de pequenos produtores com interface a políticas urbanas como merenda escolar e abastecimento (DEPONTI, KIST, AREND, 2019 e HAAS & BOLTER, 2019).

presta a apontar possibilidades para a estruturação de uma rede-piloto de assistência técnica a municípios.

### **3.4.1. Onde se encontra assistência técnica**

Os lugares de atuação indicados nos trabalhos estão distribuídos por 17 municípios, além do Distrito Federal<sup>31</sup>, de 17 RGI, nas 5 macrorregiões do país, sendo 1 no Norte, 5 no Nordeste, 7 no Sudeste, 6 no Sul e 2 no Centro-Oeste. Dessas 17 RGI, 8 compõe arranjos populacionais de metrópoles, são elas: Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, São Leopoldo e Porto Alegre (as duas últimas compõem o arranjo populacional da metrópole Porto Alegre).

As metrópoles também concentram o maior número de experiências de assistência técnica relatadas, somando 13 dos 19 trabalhos levantados. Os demais (6) distribuem-se por capitais regionais e centros-sub-regionais.

O levantamento dos trabalhos aponta para o potencial de ampliação da atuação da rede de assistência técnica para IES em RGI/RGINT que, embora não tenham programas de pós-graduação nas áreas selecionadas, já desenvolvem atividades nesse mesmo sentido. As experiências são viabilizadas pelos programas de graduação através de projetos de extensão de uma unidade acadêmica da IES, isoladamente ou em cooperação com programas de outras IES situadas fora da região – o que aponta para uma atuação em rede já existente. Esse é o exemplo de Quixadá – CE, onde não há programa de pós-graduação ou unidade acadêmica em IES, nas áreas selecionadas, mas que contém um projeto em parceria com a Universidade de São Paulo - USP, através do Instituto Federal do Ceará - IFCE, com o curso Técnico em Construção (MÁXIMO, 2019).

Macapá é uma das capitais regionais sem programas nas áreas selecionadas. Não obstante, parcerias realizadas pelos cursos de graduação, entre elas, a realizada pela faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (MATSUNAGA, SILVA, TAKAMATSU, 2019) constituem um recurso importante para a prestação de assistência técnica. Outro exemplo vem da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA tanto em Marabá, quanto em Rondon do Pará são realizados projetos interdisciplinares com foco no território e no meio ambiente, resultando em experiências de assistência técnica em nível de graduação<sup>32</sup>.

Em Mossoró – RN, a Universidade Federal Rural do Semiárido desenvolve projeto de extensão do Núcleo Avançado de Urbanismo no Semiárido, prestando assistência técnica para a promoção do desenvolvimento socioespacial em municípios do Rio Grande do Norte e Paraíba (NEVES,

---

<sup>31</sup> Belo Horizonte, Brasília/DF, Chapecó, Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Mossoró, Niterói, Pelotas, Porto Alegre, Quixadá, Salvador, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, São Paulo, Tramandaí.

<sup>32</sup> Em viagem de campo a Marabá em dezembro de 2020, informações foram levantadas durante reunião na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica PROPIT da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, com a presença do Reitor Francisco Ribeiro, da Vice-reitora Gilmar Feio e dos Profs. Franco Jefferds e Gildene Gonçalves.

COSTA, BARBOSA, 2019), o que é feito sem contar com programas de pós-graduação em quaisquer das áreas selecionadas.

### **3.4.2 Áreas do conhecimento e objetos de assistência técnica**

Doze dos dezenove trabalhos selecionados são das áreas de arquitetura e urbanismo, incluindo quatro que também abrangem a engenharia, essa que por sua vez é a área exclusiva de uma assessoria técnica desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais em Ribeirão das Neves – RGI de Belo Horizonte, trabalhando com o reaproveitamento de materiais (VALLE, 2019). As demais áreas são educação no campo, ciências sociais, além dos programas multidisciplinares.

Em correlação direta com a prevalência da área de arquitetura e urbanismo, o objeto mais recorrente é a assistência técnica para a produção, autoconstrução, reforma e regularização fundiária de moradias, assistindo municípios e movimentos sociais por moradia e a população de baixa-renda. Esse é um reflexo da lei federal 11.888 que institui a assistência técnica popular gratuita para a produção habitacional. Romano & Brasileiro (2019) discutem a implantação da especialização em assistência técnica nos programas curriculares das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, concluindo que a lei contribui para a criação de um ramo de atuação para os profissionais no desenvolvimento urbano.

Dentre os 10 projetos voltados para a produção de habitação de interesse social (HIS), 3 se destacam pela cooperação direta com municípios. A Universidade Federal do Amapá – UNIFAP mantém parceria com municípios do estado, participando de projetos de melhoramento habitacional e adequação urbanística (MATSUNAGA, SILVA, TAKAMATSU, 2019). A UNISINOS, em São Leopoldo, assessora a Secretaria de Habitação com estudos de alternativas para a produção de moradia no município (HECK, BECKER, MÜLLER, 2019). Fabris & Tzcinki (2019) relatam a experiência da UNICHPECO com municípios do Oeste catarinense na capacitação desses para a produção de habitação de interesse social. Esse também é o caso da relação da UNB com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal para a qual a universidade auxilia com a qualificação e concepção dos projetos de HIS.

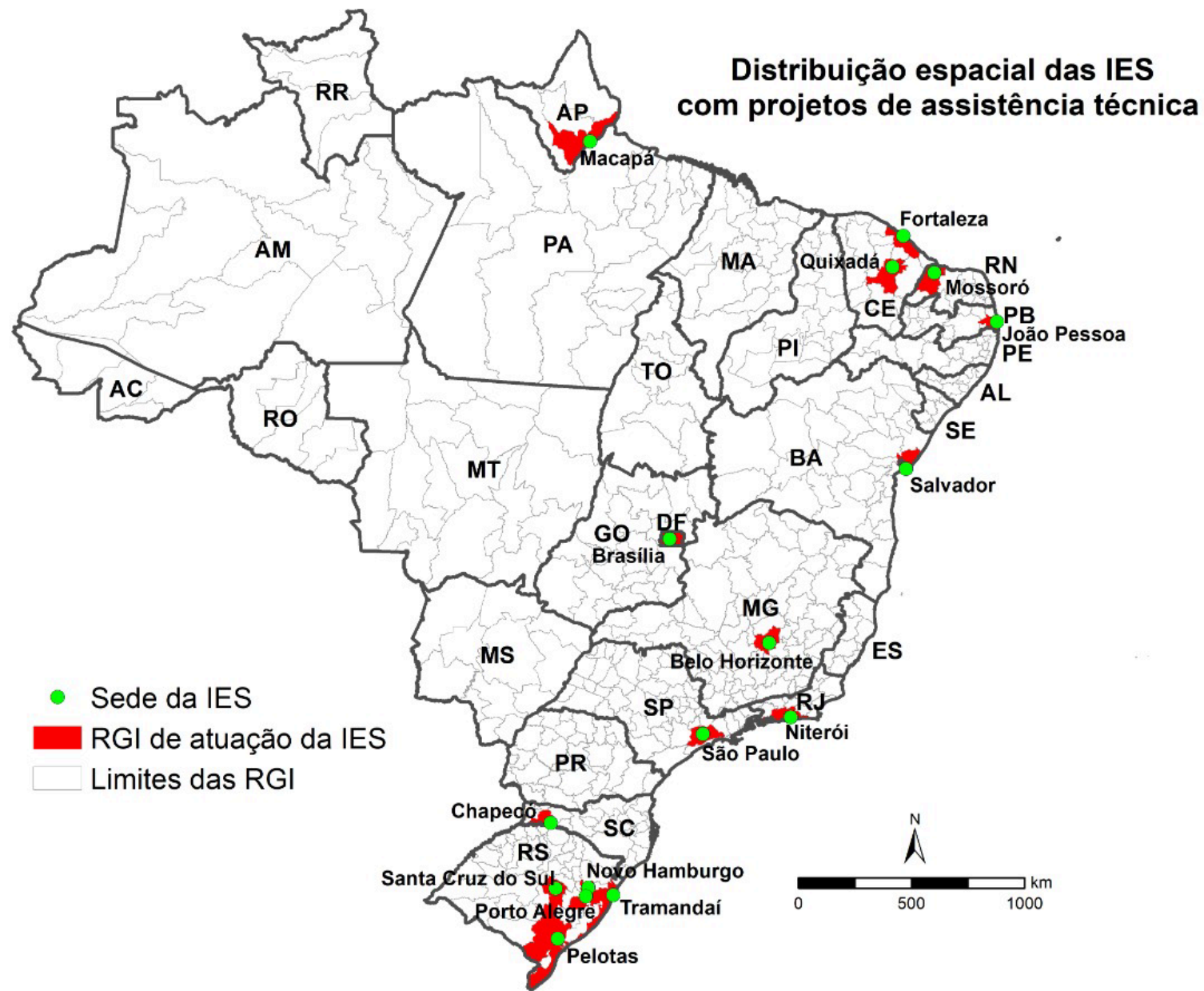
Cabe destacar a articulação promovida por dois projetos que vão além da assistência técnica às administrações locais. Libânio (2019) recupera a experiência da revisão dos planos diretores de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Lumes (Lugares de Urbanidade Metropolitana) como um exemplo de articulação interinstitucional e de engajamento social metropolitanos. A relevância se dá em dois pontos: 1 a construção de processos de revisão de planos diretores que incorporam a escala metropolitana, 2 o engajamento social de base nesses processos, despertando os participantes para a escala metropolitana de planejamento como parte da escala local. O segundo destaque fica para o projeto da UNB em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (BIENENSTEIN, GORHAM, BIENENSTEIN, SOUSA, 2019). Experiência que também conta com a promoção da participação social na construção do planejamento local para a produção de solução em moradia mais aderentes às demandas sociais.

Um terceiro aspecto a destacar dos projetos levantados é o tipo de relação estabelecida com as autoridades locais. Nos projetos envolvendo assistência técnica direta à população, as relações tendem a ser menos formais. Há cooperações pontuais e a oferta de projetos para o poder público, mas sem compromissos de execução ou continuidade (MÁXIMO, 2019; MATSUNAGA et al 2019; VALLE, 2019; ROCHA, 2019; MARTINS, AMORES 2019; MARTINS, 2019). Nos citados exemplos do Oeste Catarinense, São Leopoldo e Distrito Federal, as relações são contratuais, há um objeto definido com prazos e produtos. Neste sentido também se apresenta a iniciativa em Pelotas (MEDVEDOVSKI, SAGGER, CARRASCO, ROCHA, 2019) de formação de parcerias entre a Universidade Federal de Pelotas UFPEL e os municípios da RGI correspondente, prestando assistência técnica com apoio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG/ GIS) e técnicas como o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP). A UFERSA (NEVES, COSTA, BARBOSA, 2019) também realizou acordos de cooperação técnica e convênios com as prefeituras de Uiraúna, São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras para o desenvolvimento de atividades como a implementação do Cadastro Técnico Multifinalitário, mapeamento e vetorização de áreas urbanas.

A partir do panorama estabelecido pelo levantamento realizado, aponta-se para uma diversificação das atividades de assistência técnica desenvolvidas pelas IES com e para os municípios. A ausência de um cadastro ou banco de dados unificado sobre esse tipo de relação dificulta uma análise mais detalhada, por outro lado, aponta para a oportunidade de criação tal instância.

É possível afirmar que junto com a difusão das IES por todos os níveis da rede urbana, segue uma tendência de sensibilização para o papel delas no desenvolvimento urbano. Coerentemente com as próprias características da rede urbana brasileira, a atuação das IES dá-se de forma desigual e descompassada entre as diferentes regiões, inclusive entre centros urbanos de classificação similar.

A atuação em rede das IES, em alguns casos, aponta para o potencial intrínseco para a complementação das atividades de assistência técnica nas regiões que ainda não contam com unidades dedicadas aos objetos do desenvolvimento urbano. A seção a seguir tem por objeto a percepção da atuação da IES neste campo.



**Figura 5** Distribuição dos casos de assistência técnica relatados no XVII ENAMPUR (fonte: autoria própria)

#### **4 Seção III PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE IES NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ASSESSORIA TÉCNICA NOS MUNICÍPIOS POLO DE REGIÕES GEOGRÁFICAS.**

Nesta seção, são analisadas a percepção e a experiência de unidades acadêmicas de IES pesquisadas públicas, comunitárias<sup>33</sup> e filantrópicas<sup>34</sup> a respeito de seu engajamento em processos de assistência técnica em política urbana e regional, nos municípios polo das regiões geográficas. Também são feitas algumas considerações acerca da sua distribuição espacial pela rede urbana brasileira.

As informações foram obtidas através de um questionário enviado aos programas de pós-graduação e unidades acadêmicas filiados às associações de pesquisa e pós-graduação em geografia, planejamento urbano e regional e, do campo de públicas (ANPEG, ANPUR e ANEPC). Ao analisarem-se as respostas, reforça-se a necessidade de ampliar a categoria de IES aptas para a formação da rede de assistência técnica para além das IES federais como dispõe o TED. Isso porque IES estaduais, comunitárias e filantrópicas também reportam experiências numerosas em projetos de assistência técnica a municípios.

O questionário<sup>35</sup> enviado às unidades acadêmicas selecionadas é composto, além dos campos de identificação e validação, de 13 quesitos objetivos e um quesito aberto, organizados em 3 blocos: 1º - identificação da unidade, curso ou programa; 2º - informações sobre projetos e/ou processos de assessoria/assistência técnica em política urbana e/ou regional; 3º - percepção do(a) respondente sobre a atuação da IES em projetos e/ou processos de política urbana/regional.

##### **4.1. Distribuição geográfica e características das IES respondentes**

Do universo de 126 IES nos polos das RGINT, identificaram-se 90 programas e unidades acadêmicas presentes em 57 cidades-polo e com atuação nos campos selecionados de interesse à PNDU. Com a intermediação da ANPUR, o questionário foi enviado para as respectivas unidades filiadas à Associação. Já para os campos de geografia e política públicas, o envio foi direto para os endereços de correios eletrônicos disponíveis nas páginas dos programas de pós-graduação listados na ANPED e ANEPC.

---

<sup>33</sup> IES comunitárias ou Instituições Comunitárias de Educação Superior foram reconhecidas pela lei federal 12.881/2013 e incluídas no sistema federal de ensino pela lei 13.868. São instituições com personalidade jurídica privada na forma de fundações ou associações. São comuns as de iniciativa pública na Região Sul, geralmente organizada por municípios e os respectivos estados. Por lei, não têm fins lucrativos e devem ofertar serviços gratuitos à população na proporção do financiamento público que recebem

<sup>34</sup> Nesta categoria, foram incluídas as pontifícias universidades católicas (PUC) que, a despeito da organização como entidades privadas, são mantidas por fundações e associações sem fins lucrativos. O que é compatível com o artigo 219 – A da constituição federal.

<sup>35</sup> Confira o Anexo I desta nota técnica com as respostas.

Num esforço para captar respostas de todas cinco macrorregiões do país<sup>36</sup> e considerando a concentração dos programas de pós-graduação nas regiões Sul e Sudeste e, em menor escala, no Nordeste e Centro-Oeste, foram incluídas unidades acadêmicas reunindo cursos de graduação da região Norte, também filiadas às associações dos campos pesquisados.

Dessa amostra de 90 selecionados, foram obtidas 15 respostas<sup>37</sup> (17% do total), no intervalo de 5 meses junho – outubro de 2021, a seguir analisadas. (vide figura 5) As IES dos programas respondentes estão distribuídas em polos de 11 RGINT<sup>38</sup>, nas 5 macrorregiões (4 respostas do Nordeste, 3 do Sul, 2 do Centro-Oeste e 1 do Sudeste e 1 do Norte). Seis desses polos são metrópoles, 3 são capitais regionais e 2 são classificados como centros sub-regionais.

Considerando a baixa adesão à pesquisa, não é possível fazer uma análise regionalizada das respostas. Como afirmado na introdução, dificuldades geradas pelo regime de trabalho remoto podem ter levado a um maior tempo de resposta. E, portanto, à impossibilidade de seu envio em tempo hábil para este levantamento. Contudo, os dados obtidos, se analisados em conjunto, são representativos da atuação de IES em política urbana.

São consideradas IES para esta nota as universidades, os institutos tecnológicos e as escolas técnicas, porém, apenas universidades responderam, dessas, 8 são federais, 1 estadual, 1 comunitária e 2 filantrópicas. Apesar da prevalência das federais, as estaduais, comunitárias e filantrópicas destacam-se por atuarem em polos de RGINT onde não há IES federais com programas ou unidades acadêmicas nas áreas de interesse da PNDU (São Paulo e Santa Cruz do Sul). No caso da PUC de Goiás, apesar de estar situada em uma RGINT onde também está a Universidade Federal de Goiás (Goiânia), aquela atua em área diferente da IES federal.

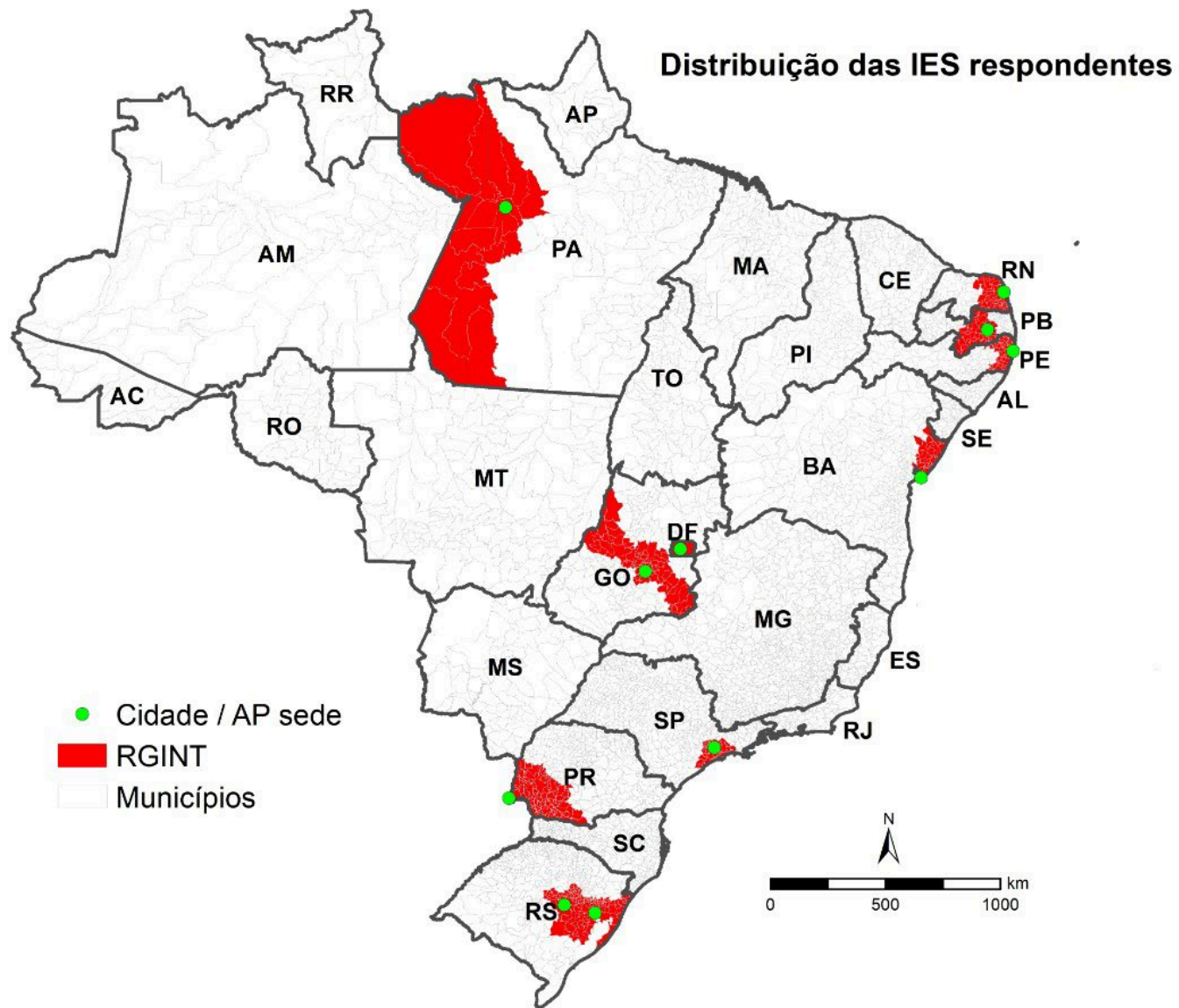
Representantes de 11 programas de pós-graduação, 2 unidades acadêmicas (centros e faculdades), 1 rede de pesquisa e 1 curso de graduação enviaram respostas. Além dos campos iniciais selecionados, foram apontados os campos de arquitetura e urbanismo, sociologia, ciências sociais aplicadas, administração pública e ciência política. Ressaltando que alguns programas são interdisciplinares, congregando mais de uma área. As Universidades Federais de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, bem como a Universidade de Brasília registram, cada uma, a atuação de mais de um programa de pós-graduação e unidade acadêmica em projetos de assistência técnica e em diferentes campos. Esse pode ser um indicador do potencial de atuação das IES com maior diversidade de cursos que poderia servir para o estabelecimento de critérios para a quantidade de projetos por IES em cada polo a serem fomentados por um eventual programa de assistência técnica no âmbito da PNDU.

---

<sup>36</sup> Adota-se macrorregiões para diferenciar as 5 regiões nacionais (N, NE, SE, S, CO) das categorias região imediata e intermediária de escala intraestadual (essa também uma escala regional própria)

<sup>37</sup> Descartadas as respostas em duplicidade e de um programa com dois respondentes. Neste caso, considerou-se as informações das duas respostas como complementares por não haver divergências.

<sup>38</sup> Na ausência de uma IES no município polo da RGINT, considerou-se a IES no município polo de uma RGI como representativa da RGINT a qual compõe.



**Figura 6** IES respondentes do questionário sobre percepção do papel das IES na assistência técnica à municípios (fonte: elaboração própria)

#### 4.2. Participação em processos e projetos de assistência técnica a municípios

O engajamento das IES em assistência técnica foi aferido a partir de 3 questões: uma sobre a participação em processos ou projetos de política urbana nos últimos 10 anos, outra perguntando a quantidade de projetos desenvolvidos e, ainda, se havia projetos em andamento no momento da resposta.

14 das 15 respostas afirmam que, nos últimos 10 anos, a respectiva unidade ou programa esteve engajada em atividades de assistência técnica. A única exceção foi o Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que conta com apenas 5 anos de existência. 13 IES também contam, no momento da resposta, com projetos em andamento.

Sobre a quantidade de projetos, os números variam conforme o a quantidade de programas e o lugar de atuação das IES. Três respondentes não souberam precisar em quantos projetos suas unidades participaram. As outras 11 respostas variam de 1 a 100, com destaques para a PUC-GO (20), UFRGS (16) e UFPE (100). Outras instituições, fora das metrópoles, também tiveram atuação significativa, são elas: UNILA (Foz do Iguaçu) com 4 projetos, UFCG (Campina Grande) com 5 e UNISC (Santa Cruz do Sul) com 6<sup>39</sup>. Vale ressaltar a diversidade tipológica dos arranjos populacionais e da posição na hierarquia urbana desse grupo de IES respondentes.

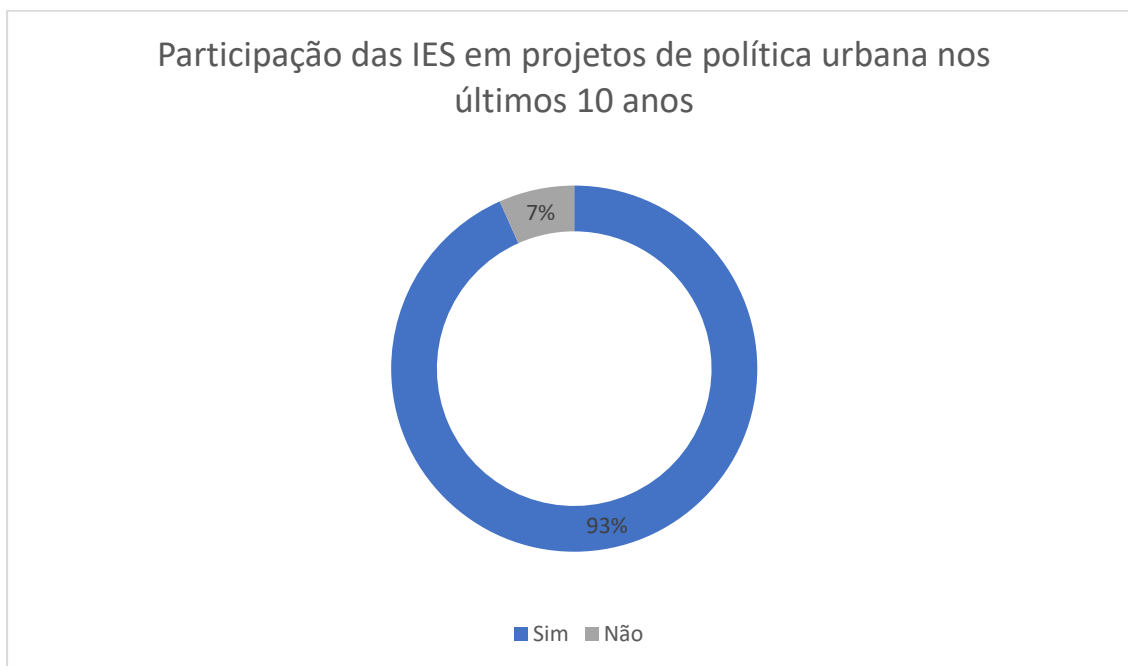
As IES com mais projetos estão em polos de RGINT que correspondem a metrópoles. Todavia o engajamento em assistência técnica não se restringe aos espaços metropolitanos de capitais estaduais. Ele também aparece em arranjos populacionais variados como os de Santa Cruz do Sul e de Campina Grande, além da aglomeração urbana transfronteiriça de Foz do Iguaçu.

Se o mesmo padrão distributivo for verificado nas outras IES que não responderam ao questionário, pode-se concluir que uma quantidade significativa de cidades-polo das RGINT, para além das capitais estaduais e com programas de pós-graduação em áreas afins à política urbana, já têm projetos em IES locais que podem subsidiar um programa de assistência técnica a seus respectivos municípios. Também é possível que outros municípios dos respectivos arranjos populacionais das RGI e RGINT possam ser atendidos pelas mesmas IES, tanto o mais quando contarem com campi avançados ou unidades acadêmicas delas.

---

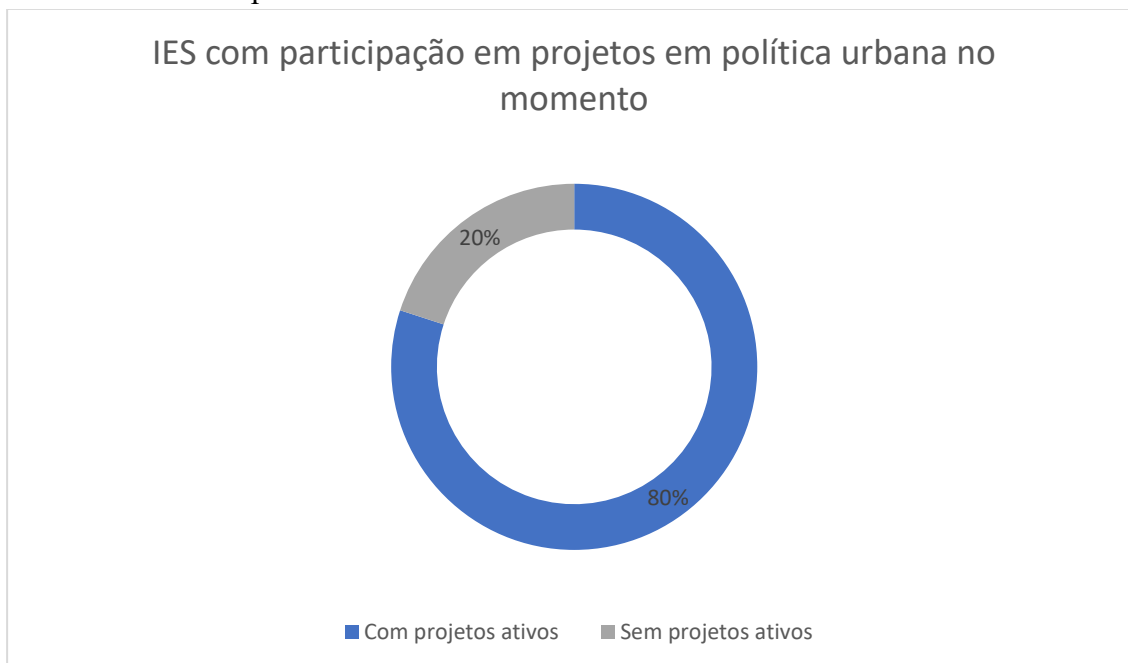
<sup>39</sup> Respectivamente: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade de Santa Cruz do Sul (comunitária).

**Figura 7** Participação da IES em projetos ou processo voltado para política urbana e regional nos últimos 10 anos



Fonte: elaboração própria

**Figura 8** Participação da IES em projeto ou processo voltado para política urbana e regional no momento da resposta.



Fonte: elaboração própria

## **4.3 Características da participação**

### **4.3.1 Áreas e fases de atuação**

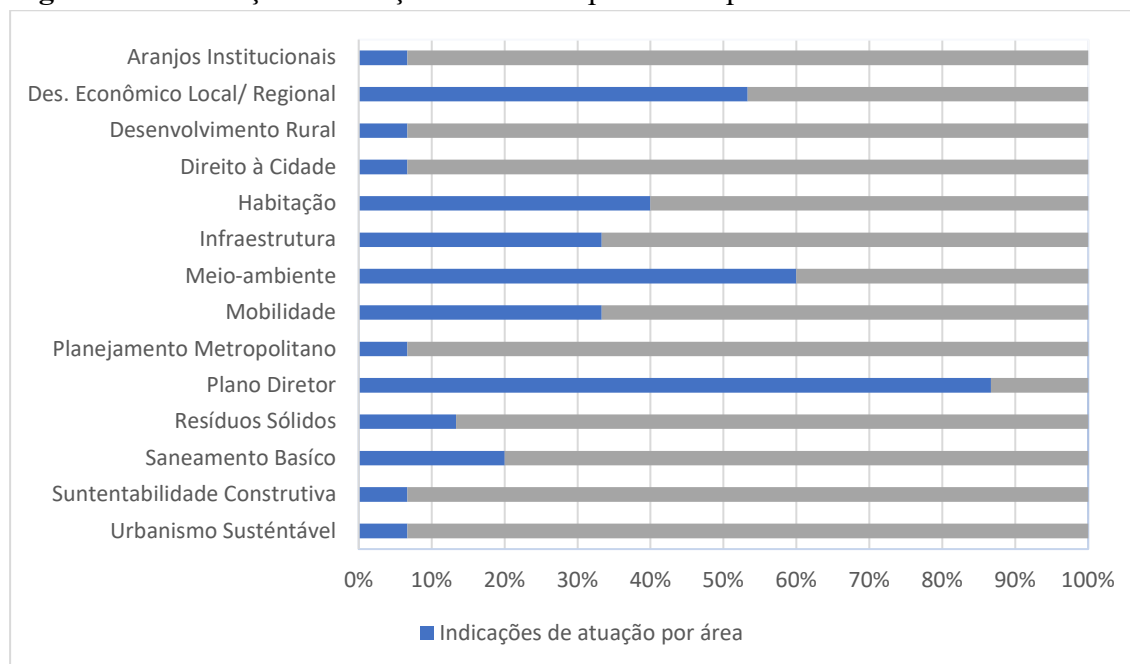
Também buscou-se sondar em quais setores ou temas de política urbana as IES estão engajadas. As fases no ciclo de políticas públicas em que atuam, a forma da atuação e a existência de produtos resultantes desses processos são igualmente pontos relevantes para caracterizar como as IES têm contribuído para complementar as capacidades institucionais e técnicas dos municípios.

Além dos 8 setores/áreas sugeridos (habitação, preservação/monitoramento/ licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local, mobilidade, resíduos sólidos, saneamento básico, infraestrutura e elaboração/ revisão do plano diretor), as respostas indicaram outras 6 áreas de atuação (direito à cidade, urbanismo sustentável, planejamento urbano-metropolitano, arranjos institucionais, sustentabilidade das tecnologias de construção e desenvolvimento rural e desastres naturais).

A figura a seguir mostra a distribuição das respostas das IES por área/setor. De antemão, vê-se que a participação nos processos de elaboração e revisão dos planos diretores é o principal segmento de atuação, com cerca de 85% das respondentes atuando. Em seguida, projetos de meio-ambiente e habitação fazem parte do “portfólio” de mais da metade das respondentes. Infraestruturas (planejamento, viário, redes de comunicação, abastecimento etc.) também são objeto de atenção de pelo menos 33% das IES.

As IES demonstram potencial para articular elementos da política urbana segmentados pela estrutura administrativa. As políticas de saneamento, habitação e meio-ambiente fora do escopo inicial da PNDU, podem ser articuladas através da assessoria técnica dos projetos voltados para o planejamento urbano/ metropolitano. A resposta espontânea sobre arranjos institucionais demonstra que há conhecimento técnico adequado à construção de soluções para a articulação de diferentes setores da política urbana. Caberia então à PNDU fomentar essas iniciativas, capacitando os municípios a formarem tais arranjos institucionais e a articular suas políticas ora segmentadas.

**Figura 9** Distribuição da atuação das IES respondentes por área.



Fonte: elaboração própria

Quando perguntado sobre qual fase do ciclo de políticas públicas as IES atuam, todas as respondentes indicaram atuar em mais de uma fase. A distribuição das respostas aponta para a prevalência naquelas que não dependem de ações vinculadas do poder público. Assim, 60% das IES trabalham na construção de agenda e no monitoramento e avaliação. Elas também estão mais presentes na formulação da política urbana com 70% das IES respondendo que participam dessa fase.

O processo decisório e a implementação não são apontadas como estágio de atuação por mais da metade das respondentes. Algumas hipóteses podem ser levantadas. Uma explicação seria que a decisão é um processo eminentemente “político”, na qual as deliberações são conduzidas não necessariamente com a participação ampliada da sociedade, ficando a cargo dos representantes eleitos tomá-las. A vocação à reflexão e ao saber crítico das IES também pode criar resistências a sua integração em todas as fases, pois pode expor as contradições de agenda entre objetivos da política e os interesses dos representantes.

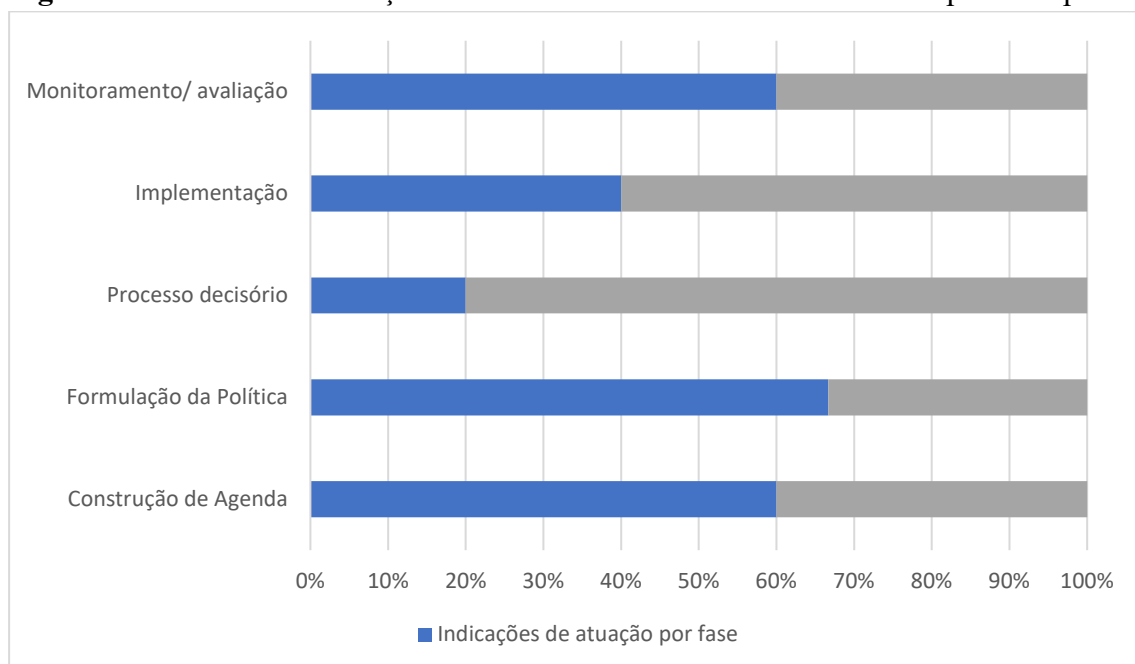
A implementação, por sua vez, desdobra em múltiplas ações. Conforme for o objeto da política, o processo de implementação começa com a seleção dos agentes, método e processos execução. Do ponto de vista estritamente formal, a depender do objeto a ser realizado, a implementação dá-se por licitação, no âmbito da qual está prevista a prova de capacidade técnica. Essa prova geralmente é feita apenas com a juntada de documentos, indicando a presença de profissionais com as capacidades esperadas<sup>40</sup>, ficando a administração alheia a

<sup>40</sup> Regramento geral do artigo 30 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 8.666/1993. O parágrafo 8º do mesmo artigo estipula a apreciação prévia pela administração, da metodologia de execução apresentada pelos concorrentes a serem contratados, mas apenas para obras, compras e serviços considerados de grande vulto ou de alta complexidade técnica. Esse comando normativo deixa aberta margem de discricionariedade para a sua interpretação, prevalecendo os critérios formais de apresentação de documentos.

execução dos trabalhos. Caberia a assistência técnica agir na seleção dos executores, ou ainda, uma vez selecionados, atuar conjuntamente na construção de soluções para a execução dos objetos contratados. Todas essas instâncias são passíveis de atuação da assistência técnica, mas que, novamente, podem revelar conflitos de interesse entre gestores e objetivos da política.

Novamente a exiguidade da amostra não permite fazer inferências mais específicas entre as respostas dadas. Todavia, as hipóteses levantadas não afastam a possibilidade, nem a legitimidade (legal e política) da assistência técnica nas fases decisória e de implementação. Há margem para o aperfeiçoamento dos processos decisórios, sobretudo para a efetivação de mecanismos de participação social, bem como fornecendo informações que auxiliem a tomada de decisão.

**Figura 10** Incidência da atuação das IES nas diferentes fases do ciclo de políticas públicas



Fonte: elaboração própria

#### 4.3.2 Forma de atuação

A forma de atuação é o elemento objetivo da assistência técnica e responde à questão, como fazê-la? O questionário perguntou sobre o papel das IES nos processos nos quais participam, sugerindo elementos formais e materiais (levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, pareceres, cadastramentos, realização de oficinas etc.). O campo de respostas foi deixado em aberto, permitindo a complementação com outras categorias não mencionadas.

Foram obtidas 14 respostas com a nomeação de processos, produtos, participações e análises. Presentes em 9 das respostas estão os levantamentos de dados acompanhados pelas palavras produção, sistematização e análise. Esse é um indicativo da importância das IES para complementar as bases de dados disponíveis para as administrações locais, uma vez que, além de acessarem os dados existentes, criam, sistematizam e analisam-nos, portanto, produzindo informação aplicável aos processos da política urbana.

Os estudos de apoio, dentre os elementos sugeridos, também são apontados como parte do papel desempenhado pela IES em 9 respostas. Outras categorias apareceram espontaneamente, mostrando que o repertório das IES é variado. Destaca-se a elaboração o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Goiânia, produto que por si só envolve múltiplas formas de atuação. Também há menções a: planos municipais, assessoria na construção participativa de planejamento territorial, participação em conselhos setoriais, assessoria técnica, seminários de acompanhamento e avaliação dos planos, oficinas de engajamento social, sensibilização para o planejamento estratégico e participativo local e regional, além do monitoramento de implementação.

As IES também foram questionadas sobre a publicação dos produtos resultantes da sua atuação. Cerca de três quartos das que contam com projetos afirmaram ter publicações, porém, nem todas indicaram as respectivas referências<sup>41</sup>.

Mesmo considerando o tamanho reduzido da amostra analisada, os resultados desta prospecção apontam para uma alguma variedade de formas de atuação em processos compatíveis com a assessoria técnica, além do significativo acúmulo de informações a respeito e que podem servir de subsídio para o desenvolvimento de uma rede de assistência técnica a municípios com coordenação federal. Entretanto, seria proveitoso alcançar outras IES que não responderam à pesquisa, mas cujo acervo de experiências e produção podem enriquecer a construção de um programa piloto.

**Figura 11** Percentual de projetos de assistência técnica com produtos publicados



Fonte: elaboração própria

<sup>41</sup> Confira o Anexo II com a lista de referências.

### **3.4 - Percepção das IES sobre o seu papel na assistência técnica e participação na política urbana e regional**

A condicionante mais importante para a formação de uma rede de assistência técnica com as IES é a percepção delas próprias quanto a sua atuação. Sem um entendimento objetivo acerca do seu papel e, sobretudo, sem a disposição de seus integrantes para assumir essas funções, o projeto tornar-se-ia inviável. Assim, o terceiro bloco de questões foi formulado para buscar entender como os representantes das IES vêem seu papel na política urbana e quais recursos e ações podem fomentar sua participação além da assistência técnica.

O objetivo ao tocar na questão da participação é desenvolver a dimensão colaborativa que a questão da assessoria técnica coloca. Como afirmado na introdução, a assistência e a assessoria são atividades sutilmente distintas e que podem ser complementares. A assessoria envolve um engajamento qualitativamente diferente, significando que a IES atua não apenas como uma instância capacitadora ou informadora, mas também como agente ativo nos sistemas de políticas públicas. Um agente híbrido entre promotor de capacidades e tomador de decisões úteis a administração das políticas públicas<sup>42</sup>.

Quanto à pergunta se as IES são instâncias adequadas para prestar assistência técnica em política urbana e regional, todas as respostas foram afirmativas. Isso pode indicar que as IES se veem como parte integrante dos sistemas de políticas públicas para além da formação profissional-científica. O reforço a essa posição vem do fato que mesmo as que ainda não têm experiência em projetos de assistência entendem que podem fazê-lo.

Neste terceiro bloco, questionou-se qual fase do ciclo de políticas públicas os respondentes consideram mais adequadas para a atuação das IES. As respostas reforçam as indicações das experiências já desenvolvidas. Em geral, a maioria das IES respondentes entende que pode contribuir nas fases anteriores e posteriores à decisão e à implementação. É importante verificar se esta tendência é mantida caso mais respostas fossem obtidas. Em caso afirmativo, seria interessante levantar quais os motivos, além das hipóteses anteriormente colocadas, que levam as IES a não considerarem a sua participação como adequada em fases críticas para a efetivação das políticas públicas.

---

<sup>42</sup> Não cabe no espaço desta nota abordar as distinções entre políticas de Estado e políticas de governo e as distinções entre a discricionariedade dos agentes políticos e das autarquias. Todavia, os entes e instituições reconhecidos pelo Estado para auxiliar a administração na execução de políticas têm capacidade decisória para, conforme a lei, melhor atingir os objetivos estabelecidos, a começar pelo princípio constitucional da eficiência – art. 39.

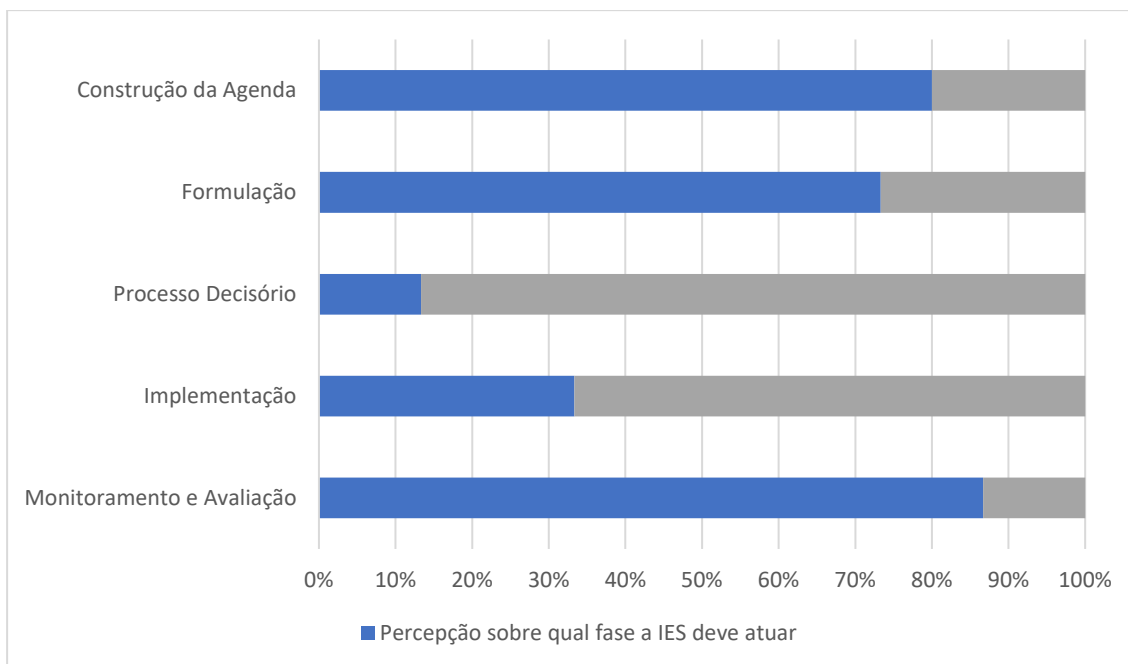


Figura 11 Percepção das IES respondentes sobre as fases adequadas para a sua atuação no ciclo de políticas públicas. (fonte: elaboração própria)

Também se questionou sobre quais os meios considerados adequados para a participação. Se por um lado as IES respondentes não se mostraram tão confiantes para as fases decisórias, por outro apoiam em quase 90% a indicação de membros delas próprias para compor conselhos consultivos e deliberativos. Igual suporte é dado para a promoção desses espaços em arranjos de governança. Também é alta a adesão para a indicação de profissionais vinculados a IES para compor corpo de assessoramento técnico. A elaboração de notas técnicas apareceu em uma resposta, indicando um afastamento das instâncias de participação.

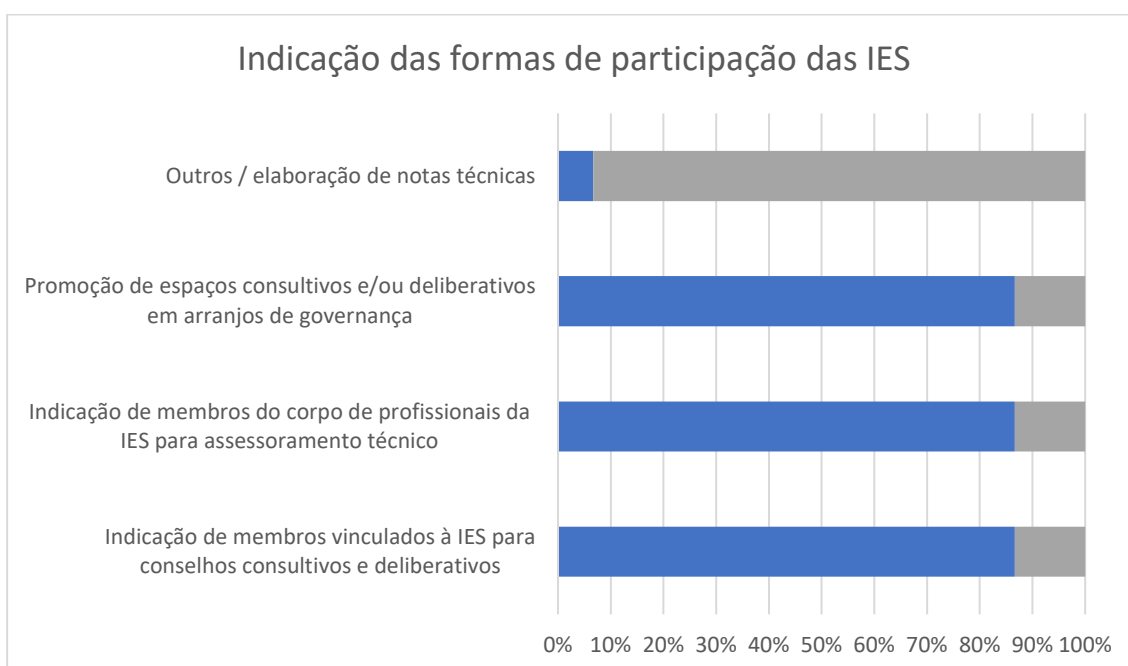


Figura 12 Apoio a formas de participação das IES (fonte: elaboração própria)

Sobre o fomento à assistência técnica e à participação, as respostas apontam que o financiamento de bolsas de pesquisa é a opção preferencial, com apoio de todas as respondentes. Isso não significa que outras modalidades também não sejam do interesse das IES. O financiamento de laboratórios e infraestrutura é indicado por 13 das 15 respondentes. Os instrumentos de cooperação, como os previstos no artigo 219 – A da CF, do tipo contrato ou convênios mediante compensação financeira também recebem apoio de mais de 60% das respondentes.

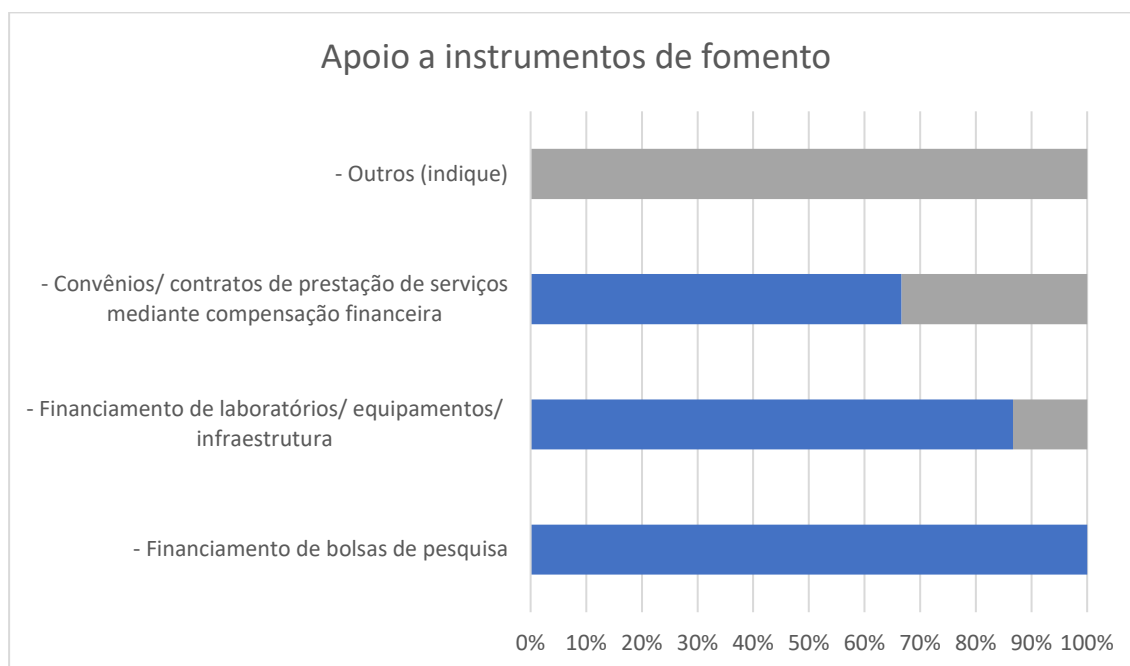


Figura 13 Apoio a instrumentos de fomento. (fonte: elaboração própria)

Finalmente, 9 comentários foram colhidos acerca das impressões que os respondentes têm sobre a participação de sua unidade/ programa e uma rede de assessoramento técnico para a política urbana e regional.

Não se registraram comentários negativos ou contrários à ideia de participação através da assistência ou assessoramento técnicos. A PUC-GO, por exemplo, aponta como positiva a experiência de elaboração do PDUI da Região Metropolitana de Goiânia.

As impressões reafirmam o papel das IES na formulação e avaliação das políticas públicas como meios para aperfeiçoá-las e para estimular as atividades de formação e pesquisa como dissertações e teses, além de aumentar o envolvimento das IES.

Também aparecem sugestões objetivas como a possibilidade de oferta de cursos de capacitação para técnicos e gestores municipais. Neste sentido, a UNISC pontua que “tem como uma de suas prioridades a sua inserção social e regional através de ações como a assessoria ao planejamento territorial [...]”. Há ainda a indicação dos laboratórios e redes de pesquisa consolidadas como as instâncias mais viáveis para a execução das atividades discutidas, dada diversidade de interesses presentes nas unidades acadêmicas e programas de pós-graduação. Essa última sugestão

coaduna com a presença de pelo menos um programa participante do INCT Observatório das Metrôpoles dentre os respondentes.

Esse tipo de arranjo permite ganhos de escala e melhor aproveitamento da sinergia e recursos humanos e materiais de diferentes IES, potencializando o alcance da rede.

#### **5 Seção IV – INDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE FEDERAL DE ASSESSORIA TÉCNICA EM POLÍTICA URBANA PELA PNDU.**

Preliminarmente, vê-se que a expansão das universidades públicas (federais e estaduais) e comunitárias tiveram um impacto importante na ampliação da cobertura territorial de centros de formação de pessoal e, portanto, no potencial fortalecimento institucional de municípios.

Uma das características de atuação da pesquisa e extensão pelas IES nas áreas afins a PNDU é a formação de redes entre diferentes IES da mesma RGINT ou até de estados diferentes. Essa característica pode ser explorada para a estruturação da rede de assistência técnica pela PNDU.

Existem lacunas geográficas importantes para completar na formação de uma potencial rede de assistência técnica baseada na atual distribuição dos projetos tocados pelas IES. Contudo, pode um programa piloto aproveitar-se das experiências e redes já existentes para desenvolver as soluções institucionais necessárias e atrair o interesse de outros agentes públicos, inclusive o de entes federativos como estados e municípios.

A rede piloto pode ser organizada em categorias de IES conforme sua capacidade de atuação. As IES com programas pioneiros podem ser habilitadas para liderar parcerias em projetos fora de suas RGI, tal como no exemplo da relação USP-IFCE em Quixadá. As IES com programas mais recentes ou apenas com atuação na graduação podem ser contempladas com projetos restritos as suas respectivas RGI, sozinhas ou com apoio de IES de outras regiões habilitadas para a transferência de conhecimento e capacitação. A construção de indicadores baseados no número de programas e áreas de atuação por IES pode servir de instrumento para a definição da quantidade de projetos e recursos para o financiamento das atividades de assistência técnica, bem como para o estabelecimento das redes.

Outra sugestão para a formação da rede é a especialização conforme a tipologia da REGIC (IBGE, 2020). Todas as metrôpoles contam com IES atuantes nas áreas de interesse da PNDU que podem ser organizadas em uma rede especializada no desenvolvimento urbano metropolitano a exemplo do INCT<sup>43</sup> Observatório das Metrôpoles<sup>44</sup>. As capitais regionais e os centros sub-regionais podem vir conformar um segundo segmento especializado de atuação da rede. Essas são as categorias onde se observam mais lacunas na cobertura potencial de assistência técnica aos municípios pelas IES. O estabelecimento de parcerias entre IES que já atuam com projetos voltados para política urbana e outras que ainda não pode vir a complementar essa cobertura,

---

<sup>43</sup> Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

<sup>44</sup> Confira: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/> acesso em 04 mar. 2022.

além de especializar-se no desenvolvimento de soluções adequadas a esses municípios não-metropolitanos.

Sobre o fomento, o financiamento a pesquisa e a extensão aparecem como os principais meios de indução a participação das IES em atividades de assistência técnica e assessoria a municípios. Laboratórios, equipamentos e infraestrutura também são importantes incentivos para a adesão de IES, com potencial sinergia com as atividades de ensino e pesquisa e podem fazer diferenças sobretudo nas universidades e institutos federais mais novos localizados em capitais regionais e centros sub-regionais.

Faz-se necessário o levantamento dos instrumentos jurídicos e do arranjo institucional adequados para a formalização das relações entre as IES e a administração pública. Modelos mais recentes de organização em rede para a produção e sistematização de dados e estudos têm se mostrado eficazes, é o caso da rede MapBiomias<sup>45</sup> constituída por um conjunto de entidades públicas e privadas, inclusive IES. Neste formato a rede adquire identidade própria distinta das demais entidades participantes, sendo representada em termos formais-jurídicos por parceiros institucionais responsáveis pela contratação e representação da rede. Entende-se também que a formação de grupos de trabalho com as organizações municipalistas como ABM, CNM e FNP pode ser benéfica para a produção de soluções institucionais, além de difundir a existência da própria iniciativa.

A formação de consórcios públicos é instrumento administrativo aplicável para a consecução dos objetivos de assistência técnica, tema expressamente previsto na respectiva legislação (art. 3º § 1º II, XI e XII – Lei 11.107). Onde não houver região metropolitana ou aglomeração urbana já formalmente constituídas, a base territorial das RGI pode ser adotada como referência para a criação dos consórcios, seja na modalidade associação pública ou pessoa jurídica de direito privado. A lei de licitações, 8.666, no art. 24, XXVI, autoriza a dispensa de licitação na celebração de contratos de programa entre consórcios públicos e entes da administração direta ou indireta, caso das IES, para a prestação de serviços.

O objeto da assistência técnica pode ir desde a produção de dados à capacitação de pessoal, passando ainda pela elaboração de estudos e proposições de ações e projetos. Significa dizer que há carência das mais simples como a montagem e manejo de bases de informações cartográficas em *GIS* (Sistema de Informações Geográficas) ou mesmo uso do *Google Earth*, por exemplo - para aqueles municípios onde há previsão de elaboração/atualização de Plano Diretor - ou como o mapeamento de núcleos urbanos informais em *DWG*, a partir de observação *in loco*, visando estudos específicos voltados para regularização fundiária e provisão de infraestrutura.

Faz importante considerar a relevância das IES na produção de dados e informações complementares às bases de dados existentes e disponíveis para os entes locais, dada a sua capacidade de processamento, análise e sistematização, além de produção de dados novos. Certamente, a capilaridade das IES articulada em uma rede de assistência técnica pode vir a

---

<sup>45</sup> Confira: <<https://mapbiomas.org/o-projeto>> Acesso em: 04. mar. 2022.

atuar no detalhamento de estudos e informações hoje além das capacidades operacionais das entidades de pesquisa de referência como o próprio IPEA ou o IBGE.

As diretrizes de participação e inovação sociais podem ser contempladas nos processos de planejamento através de itens específicos nos programas de financiamento das atividades. Elas também encontram receptividade nas experiências existentes de atuação das IES. Dada a multidimensionalidade das questões é recomendável que o olhar seja cada vez mais integrado, importando que a busca de soluções seja feita por equipes multidisciplinares e prevenindo que programas ou ações se anulem no território.

Tal preocupação vai além das diferentes responsabilidades dentro da administração pública mesmo considerando as diferentes esferas federativas. É fundamental que as vantagens comparativas sejam aproveitadas, de modo que governo, sociedade civil, setor privado e instituições de ensino trabalhem conjuntamente. Neste sentido é que se introduz a adoção da inovação social como diretriz, em analogia a já citada rede MapBiomias, com potencial de produção de diversos arranjos institucionais que incluam os agentes presentes no território objeto da assistência técnica. Feita as devidas ressalvas de que o aspecto inovador não se limita à mera adoção de recuso tecnológico facilitador, nem à comunicação social do processo de planejamento, mas entende a inclusão ativa dos agentes sociais no próprio processo.

Como apontado, as IES têm potencial de articulação das políticas setoriais a partir do território. Ainda que a mera produção de informação não seja capaz de promover a integração setorial e territorial tão reclamada pelos estudos em desenvolvimento urbano, ela pode iluminar junto às administrações locais a necessidade dessa articulação nos projetos quem venham a desenvolver e implementar. No mesmo sentido, a formação de pessoal de diferentes municípios no mesmo arranjo populacional ou contexto de articulação urbana pode favorecer, a partir da administração dos programas de governo, a superação dos entraves políticos para o desenvolvimento de programas da PNDU com base territorial.

Por fim é mister alcançar a demais IES que não chegaram a responder à pesquisa, em particular nas regiões onde não foram identificadas, a priori, iniciativas de assistência técnica a municípios, não só para preencher as lacunas da cobertura inicial, mas também para colher outras experiências que possam aprimorar a formulação de uma rede-piloto de assistência técnica a municípios.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Lei nº 10.172/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 26. mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei 311** de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096** de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=12386&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=)>. Acesso em: 11 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Planejando a próxima década - conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação (2014-2024), 2014. **Disponível em:** <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação – Razões, Princípios e Programas, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>.

Acesso em: 11 nov. 2021.

Bienenstein, Regina; Gorham, Cynthia; Bienenstein, Glauco; Sousa, Daniel Mendes Mesquita de. AUTONOMIA, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO: CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. Contribuições para extensão universitária socialmente referenciada. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

Bittencourt, Eduardo Moutinho Ramalho. CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A PRODUÇÃO DE UM CONHECIMENTO SÓCIO AMBIENTAL. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

COCCO, Ricardo et al. Política de expansão e interiorização/regionalização do ensino público superior no Brasil: o caso da UFMS/CESNORS – uma perspectiva a partir do egresso. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT2/GT2\\_Comunicacao/Ricardo\\_CoccoGT2\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/Ricardo_CoccoGT2_integral.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SILVA, Franciclécia de Sousa Barreto. Dinâmica Urbana e Emprego nas Cidades Intermediárias: um estudo sobre Pau Dos Ferros (RN) in: **XVI ENANPUR**. Anais: sessões temáticas desenvolvimento territorial, inovação e redes regionais. Belo Horizonte: ANPUR, 2015. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1764/1743>> Acesso em: 04 mar. 2022.

Deponti, Cidonea Machado; Kist, Rosane Bernardete Brochier; Arend Silvio Cesar. AÇÕES DE EXTENSÃO COMO INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO NEGAF/UNISC-Rs. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

Fabris, Bruna Rafaela; Clarete Tzcinki. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA GRATUITA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL Panorama no Oeste de Santa Catarina. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

FELDAM, Sarah. O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/ órgãos de planejamento/ empresas de engenharia consultiva in: XI ENA- ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR Salvador, 23-27 de Maio de 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/553.pdf>

FERRARI, Sergio. Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 53 n. 211, p. 55-80, jul./set. 2016

FERREIRA JR., Carlos H. Carvalho. **Como tudo virou cidade**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2019.

FUNARI, Armando Palermo; LUI, Lisandro; FERREIRA Jr., Carlos H. Carvalho. **A Agenda Urbana e a Escala Municipal**: elementos para discussão tipológica de municípios. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em:

GOMES, D. C.; SORIA e SILVA, S. Geração REUNI: quem são e o que pensam os docentes das IFES interiorizadas no estado de Pernambuco. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA APS, 2014, Evora. **Anais do VII Congresso Português de Sociologia**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia APS, 2014. v. 1. p. 1.

Guinancio, Cristiane; Correia, Ludmila de Araújo. A ATHIS NOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PARCERIA COM A GESTÃO PÚBLICA: as experiências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB) e do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

Haas, Jaqueline Mallmann; Bolter, Jario Alfredo Genz. DEBATENDO SOBRE GESTÃO E PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL Um olhar sobre o Litoral Norte Gaúcho. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

Heck, Adalberto da Rocha; Becker, Débora; Müller, Angela Maria. MEXPERIÊNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: O ATELIER DE HABITAÇÃO SOCIAL - UNISINOS / PMSL / COMUNIDADE. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

HOWALDT, J., & SCHWARZ, M. **Social innovation**. Concepts, Research Fields, and International Trends. Dortmund: Sozialforschungstelle, 2010.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> acesso em: 04 de mar. 2022

\_\_\_\_\_. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

\_\_\_\_\_. **Divisão urbano-regional do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ENGENHARIA. **Catálogo da COPPE**. Rio de Janeiro: COPPE, 1975.

IPEA. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios in: **Estado, Instituições e Democracia**: república (vol. 1). Brasília: IPEA, 2010. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5802-livro09estadoinstituicoesdemocraciavol1.pdf>

JESUS, F. S; SILVA, N. da; GARCIA, R. P. M. A expansão interiorizada e os desafios para a UFRB-Brasil: uma avaliação das implicações do REUNI. In COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS, XIII, 2013, São Carlos, **Anais eletrônicos**. São Carlos: UFSC, 2013.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114809?show=full>>. Acesso em: 11 nov. 2021 .

LASSWELL, H. D. **The Decision Process**. Seven Categories of Functional Analysis. Maryland: University of Maryland Press, 1956.

LESSA, Lucas Gognac; MEDEIROS, Natália Maria Moura; SANTOS, Marcela Monteiro dos. Assessoria e Assistência Técnica pelo direito à moradia e à cidade: A contribuição da Taramela para a consolidação de um campo de atuação profissional em Fortaleza, Ceará. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

LIBANIO, Clarice de Assis. Lumes – Lugares de Urbanidade Metropolitana - Planejamento compartilhado e extensão universitária na Região Metropolitana de Belo Horizonte: In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. BASTOS, Isabella Augusta de C. Furtado. Condições favoráveis à interiorização das universidades públicas em Pernambuco. **Revista dos Mestrados Profissionais**. v. 2, n. 2, jul/dez. 2013.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FUNARI, Armando Palermo; Edmar Augusto S. A. Junior; LUI, Lisandro. **A agenda Urbana na Escala Supramunicipal**: estudo para uma hierarquia dos arranjos institucionais para políticas públicas. Brasília: IPEA, 2021.

MARTINS, Lyzandra Machado. Direito à arquitetura: as assessorias técnicas paulistas na produção de habitação social. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti; AMORE, Cario Santo. Uma Ideia, Vários Caminhos: residência e prática profissionalizante - FAUUSP. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais

Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

MATSUNAGA, Mellisa; SILVA, Marcelle Villar da; TAKAMATSU, Patricia. Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo via Extensão Universitária: a experiência do ATAU-UNIFAP. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

MÁXIMO, Rérisson. Assessoria técnica para moradias autoconstruídas no sertão central cearense. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

MEDVEDOVSKI, Nirce Sagger; CARRASCO, André; Rocha, Eduardo. Experiência e Inovação na Nucleação de Pelotas/ RS / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

MELO, Patrícia Bandeira de. CAMPOS, Luís Henrique Romani. A implementação das universidades públicas em Pernambuco: opiniões sobre a institucionalização e seus primeiros impactos. In: MELO, P. B. de (Coord.). **Relatório de Pesquisa - A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Nordeste: efeitos e mudanças**, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/pesquisas-seminarios-e-base-de-dados/relatorios-de-pesquisas/pesquisas-concluidas/pesquisas-em-2010-atualmente/a-interiorizacao-recente-das-instituicoes-publicas-e-gratuitas-de-ensino-superior-no-nordeste-efeitos-e-mudancas-patricia-bandeira-de-melo-2014>. Acesso em: 04 mar. 2022.

MOTA, Carla Rosane da Silva. **RESENHA: Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, In: *Pensamento Plural Pelotas* 2013. [16]: 179 – 186, janeiro-junho 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/5696>. Acesso em: 20 abr. 2022.

NEDER, Ricardo Toledo; ANDRADE, Liza Maria Souza de. Residência Multiprofissional da UNB em ciência, tecnologia e sociedade - STC: habitat, trabalho e saúde primária. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

NEVES, Antônio Alexsandro; COSTA, Bruno Fernandes; BARBOSA, Antonio Carlos Leite. A Extensão Universitária e o Desenvolvimento Socioespacial: a experiência do grupo de

pesquisa núcleo avançado de urbanismo no semiárido nordestino extensão universitária e assistência técnica no campo e na cidade In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nova Agenda Urbana**. Trad. (Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, Escritório ONU Brasil). 2019. Disponível em: [www.habitat3.org](http://www.habitat3.org)

PANIZZZI, Wrana. O Ornitorrinco de Papel: universidade, cidade e extensão universitária. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, 2004.

ROCHA, Aline. AS TRANSFORMAÇÕES DA FAVELA VIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA : a experiência do Morro Vital Brazil, Niterói/RJ. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

ROMANO, Elisabetta; BRASILEIRO, Flávio Tavares. Implantação de Especialização em Assistência Técnica nas Áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – ATAU+E/UFPB: In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. Proposição, Consolidação e Desdobramentos da Residência AU+E/ UFBA. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

VALLE, William Azalim do. Coletivos de trabalho e autoprodução em ocupações urbanas: revisitando o debate Chico-Usina a partir de uma experiência em Ribeirão das Neves. In: **XVIII ENANPUR**, 2019, Natal. Anais Eletrônicos. ISSN: 1984-8781. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais/>. Acesso em: 30 set. 2021.

## ANEXO I

### **Questionário Assistência Técnica em Política Urbana e/ou Regional por Instituições de Ensino Superior**

Este questionário faz parte do levantamento de dados para a produção da nota técnica 7.1 (Rede federal de universidades e institutos de ensino superior), no âmbito do Termo de Execução Descentralizada TED nº71/2019 firmado entre o Ipea e o Ministério do Desenvolvimento Regional. Trata-se de uma etapa da produção de insumos para a discussão de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU. A nota tem como objetivo mapear as possibilidades de engajamento das Instituições de Ensino Superior (IES) na assistência técnica para o desenvolvimento urbano sustentável, considerando análises de localização, modelos e formas de atuação existentes.

Representantes de cursos, unidades e programas de todas as áreas de conhecimento estão convidado(a)s a responder este questionário.

Este formulário contém 18 questões organizadas em 3 blocos: 1º - identificação da unidade, curso ou programa, cargo e função do(a) respondente; 2º - informações sobre projetos e/ou processos de política urbana e/ou regional; 3º - percepção do(a) respondente sobre a atuação de IES em projetos e/ou processos de política urbana/regional.

A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade da pessoa respondente. Ao final da pesquisa, os dados serão publicados na respectiva nota técnica. É garantido o anonimato das pessoas respondentes, mantido o registro apenas para validação dos dados.

Este levantamento está sob responsabilidade do pesquisador Carlos Henrique Carvalho Ferreira Junior, assistente de pesquisa do TED. Contato: [carlos.junior@ipea.gov.br](mailto:carlos.junior@ipea.gov.br)

#### **1º Bloco**

1 Nome da Instituição de Ensino Superior:

2 Nome da unidade, curso ou programa:

3 Área de concentração da unidade, curso ou programa (conforme a classificação CAPES/CNPQ de Áreas do Conhecimento):

4 Nome do(a) respondente:

5 Posição ocupada pelo/a respondente deste questionário na unidade, curso ou programa:

- Direção/ coordenação

- Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)

- Discente

-Pesquisador(a)/ associado(a)

## **2º Bloco**

6 – Nos últimos 10 anos, a instituição participou de projeto e/ou processo voltado para política urbana e/ou regional?

Sim

Não

7 – Em caso afirmativo para a questão anterior, quantos projetos e/ou processos?

8 – Neste momento há algum projeto e/ou processo em andamento?

Sim

não

9 – Em qual área e/ou setor o se encaixa o projeto e/ ou processo? (é possível marcar mais de uma opção)

- Habitação

- Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental

- Desenvolvimento Econômico Local / Regional

- Mobilidade

- Resíduos Sólidos

- Saneamento básico

- Infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.)

- Plano Diretor (elaboração/ revisão)

- Outros

10 – Em qual das seguintes fases do ciclo de políticas públicas se encaixa a atuação do curso, unidade e ou programa? (é possível marcar mais de uma opção)

- Construção de agenda

- Formulação da política

- Processo decisório

- Implementação

- Monitoramento/ Avaliação

11 – Qual foi/é o papel da instituição/unidade? (Ex. levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer, realização de oficinas etc.).

12 – A participação tem produtos documentados?

Sim

não

13 – Em caso afirmativo para a questão anterior, os produtos estão disponíveis em meio físico ou pela internet? Se sim, qual o endereço ou meio? (favor listar títulos e endereços que lembrar)

### **3º Bloco**

14 – Você considera as Instituições de Ensino Superior como instâncias adequadas para prestar assistência técnica para as políticas urbanas e/ou regionais?

Sim

não

15 - Quais das seguintes fases do ciclo de políticas públicas você considera as mais adequadas para a atuação de IES? (É possível marcar mais de uma opção).

- Formulação da política

- Processo decisório

- Implementação

- Monitoramento/ Avaliação

- Todas as fases

16 – Quais meios você considera adequados para a participação de IES na política urbana e ou regional?

- Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos

- Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico

- Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança

- Outros (indique)

17 – Quais instrumentos você considera adequados para promover a participação das IES na política urbana e/ou regional?

- Financiamento de bolsas de pesquisa

- Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura

- Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira

- Outros (indique)

18 – Quais outras considerações você teria sobre participação de seu curso, unidade e/ou programa em uma rede de assessoramento para políticas urbanas e ou regionais?

### Respostas ao questionário<sup>4647</sup>

<b>Nº ID</b>	<b>1Nome da Instituição de Ensino Superior</b>
1	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
2	Universidade de Santa Cruz do Sul(UNISC)
3	PUC-GOÍAS
4	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
5	Universidade Federal de Goiás (UFG)
6	Pontificia Universidade Católica de São Paulo
7	Universidade Federal de Pernambuco
8	Universidade Federal de Pernambuco
9	Universidade Federal de Pernambuco
10	Universidade Federal da Bahia
11	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
12	Universidade Federal de Campina Grande
13	Universidade de Brasília
14	Universidade de Brasília
15	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
16	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
<b>Nº ID</b>	<b>2Nome da unidade, curso ou programa:</b>
1	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento
2	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR)
3	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Planejamento Territorial
4	PPEUR
5	IESA - Programa De Pós-graduação em Geografia (PPGEO)
6	Programa de Estudos Pós -graduados em Ciências Sociais
7	INCITI pesquisa e inovação para cidades
8	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU)
9	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
10	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU; Programa de Pós-Graduação em Geografia

<sup>46</sup> As respostas foram coletadas no período 29/06 – 31/10/2021.

<sup>47</sup> O campo com o nome das pessoas respondentes foi ocultado.

11	Programa de Pós-graduação em Geografia
12	Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e urbanismo
13	Programa de Pós-graduação em Gestão Pública
14	Instituto de Ciência Política
15	Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
16	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR
<b>Nº ID</b>	<b>3 Área de concentração da unidade, curso ou programa (conforme a classificação CAPES/CNPQ de Áreas do Conhecimento):</b>
1	Planejamento Urbano Regional
2	Planejamento Urbano e Regional
3	Planejamento urbano e regional/demografia
4	Cidades e dinâmicas urbanas
5	Natureza e Produção do Espaço
6	Sociologia
7	Planejamento urbano
8	SA - Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional
9	Planejamento urbano e regional
10	Ciências Sociais Aplicadas
11	Ciências Humanas - Geografia
12	Ciências Sociais e Aplicadas
13	Administração Pública
14	Ciências Humanas / Ciência Política
15	Ciências sociais aplicadas
16	Ciências sociais aplicadas, planejamento urbano e regional
<b>Nº ID</b>	<b>5 Posição ocupada pelo/a respondente deste questionário na unidade, curso ou programa:</b>
1	Direção/ coordenação
2	Direção/ coordenação
3	Direção/ coordenação
4	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
5	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
6	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
7	Direção/ coordenação
8	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
9	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
10	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
11	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
12	Docente Pesquisador(a) e/ou professor(a)
13	Direção/ coordenação
14	Direção/ coordenação
15	Coordenação
16	Direção/ coordenação
<b>Nº ID</b>	<b>6 Nos últimos 10 anos, a instituição participou de projeto e/ou processo voltado para política urbana e/ou regional?</b>
1	Sim
2	Sim
3	Sim
4	Sim
5	Sim
6	Sim
7	Sim
8	Sim
9	Sim

10	Sim
11	Sim
12	Sim
13	Sim
14	Sim
15	Nao
16	Sim
<b>Nº ID</b>	<b>7 Em caso afirmativo para a questão anterior, quantos projetos e/ou processos? (favor indicar apenas o número)</b>
1	4
2	6
3	20
4	Vários
5	1
6	Não sei responder
7	4
8	(nihil)
9	100
10	(nihil)
11	INCT Observatório das Metrôpoles
12	5
13	Não sei dizer. Temos professores sempre envolvidos em vários projetos.
14	2
15	(nihil)
16	16
<b>Nº ID</b>	<b>8 Neste momento há algum projeto e/ou processo em andamento?</b>
1	Sim
2	Sim
3	Sim
4	Sim
5	Sim
6	Não
7	Sim
8	Sim
9	Sim
10	Sim
11	Sim
12	Sim
13	Sim
14	Sim
15	Não
16	Não
<b>Nº ID</b>	<b>9 Em qual área e/ou setor o se encaixa o projeto e/ ou processo? (é possível marcar mais de uma opção)</b>
1	Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Resíduos Sólidos, Plano Diretor (elaboração/ revisão)
2	Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Plano de Desenvolvimento Rural, Diagnóstico dos Desastres Naturais
3	Habitação, Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Mobilidade, Resíduos Sólidos, Saneamento básico, Infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), Plano Diretor (elaboração/ revisão)
4	Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Plano Diretor (elaboração/ revisão)

5	Plano Diretor (elaboração/ revisão)
6	
7	Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Mobilidade, Plano Diretor (elaboração/ revisão), Urbanismo sustentável
8	Habitação, Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Mobilidade, Infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), Plano Diretor (elaboração/ revisão), Sustentabilidade das tecnologias e dos sistemas da construção
9	Habitação, Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Mobilidade, Saneamento básico, Infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), Plano Diretor (elaboração/ revisão), Arranjos institucionais
10	Plano Diretor (elaboração/ revisão), estudos para planejamento urbano/metropolitano de longo prazo
11	Habitação, Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Plano Diretor (elaboração/ revisão)
12	Habitação, Desenvolvimento Econômico Local / Regional, Saneamento básico, Plano Diretor (elaboração/ revisão)
13	Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental
14	Mobilidade, Infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), Plano Diretor (elaboração/ revisão), Direito à cidade
15	Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Desenvolvimento Econômico local/regional, Plano Diretor (elaboração/ revisão)
16	Habitação, Preservação/ monitoramento/ licenciamento ambiental, Infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), Plano Diretor (elaboração/ revisão), - Outros
<b>Nº ID</b>	<b>10 Em qual das seguintes fases do ciclo de políticas públicas se encaixa a atuação do curso, unidade e ou programa? (é possível marcar mais de uma opção)</b>
1	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
2	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
3	Construção de agenda, Formulação da política, Processo decisório, Implementação, Monitoramento/ Avaliação
4	Construção de agenda, Implementação
5	Formulação da política, Implementação
6	(nihil)
7	Formulação da política, Implementação, Monitoramento/ Avaliação
8	Construção de agenda
9	Construção de agenda, Formulação da política, Processo decisório, Implementação, Monitoramento/ Avaliação
10	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
11	Construção de agenda, Monitoramento/ Avaliação
12	Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
13	Monitoramento/ Avaliação
14	Construção de agenda, Formulação da política, Processo decisório, Implementação
15	Construção de AGENDA, Formulação da política
16	10 Em qual das seguintes fases do ciclo de políticas públicas se encaixa a atuação do curso, unidade e ou programa? (é possível marcar mais de uma opção)
<b>Nº ID</b>	<b>11 Qual foi/é o papel da instituição/unidade? (Ex. levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer, realização de oficinas etc.).</b>
1	Estudos de apoio; membros de comissão ou conselhos técnicos; oficinas e pareceres técnicos.
2	Levantamento e sistematização de dados locais e regionais, realização de diagnóstico socioeconômico e territorial, assessoria na construção participativa do planejamento territorial, realização de oficinas de sensibilização para o planejamento estratégico e participativo local e regional, realização de seminário para acompanhamento e avaliação dos planos.
3	TODOS

4	levantamento de dados; estudos básicos; pareceres; oficinas
5	ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA
6	(nihil)
7	Planejamento e concepção de projetos urbanos, pesquisas ambientais, urbanísticas e sociais, oficinas de engajamento social, monitoramento de implantação.
8	Levantamento de dados
9	Elaboração de estudos de apoio
10	Levantamento e análise de dados; estudos e pesquisa; realização de oficinas
11	Elaboração de estudos de apoio
12	levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer, realização de oficinas, participação em conselhos setoriais de política urbana, monitoramento da execução de políticas de desenvolvimento urbano
13	Levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer e realização de oficinas.
14	levantamento de dados, elaboração de estudos e análise da formação da agenda
15	(nihil)
16	Assessoria técnica, levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, realização de oficinas, pesquisa de campo e outras técnicas em diferentes, principalmente planos em escala municipal
<b>Nº ID</b>	<b>12 A participação tem produtos documentados?</b>
1	Não
2	Sim
3	Sim
4	Sim
5	Sim
6	(nihil)
7	Sim
8	Não
9	Sim
10	Sim
11	Sim
12	Sim
13	Sim
14	Sim
15	Não
16	Não
<b>Nº ID</b>	<b>13 Em caso afirmativo para a questão anterior, os produtos estão disponíveis em meio físico ou pela internet? Se sim, qual o endereço ou meio? (favor listar títulos e endereços que lembrar)</b>
1	Não há. As participações na maioria são informais.
2	"1)Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Conselho Regional do Vale do Rio Pardo-RS ( <a href="http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf">http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf</a> )
3	2) I Seminário de Articulação e de Integração das Políticas Regionais do Vale do Rio Pardo-RS, em Agosto, 2018 ( <a href="http://www.coredevrp.org.br/visualizar-noticia/noticia/SEMINARIO-DISCUTE-PLANEJAMENTO-TERRITORIAL-E-SETORIAL-DO-VRP/46">http://www.coredevrp.org.br/visualizar-noticia/noticia/SEMINARIO-DISCUTE-PLANEJAMENTO-TERRITORIAL-E-SETORIAL-DO-VRP/46</a> )
4	3) Atlas dos Desastres Naturais em Santa Cruz do Sul-RS ( <a href="https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2739/1/Atlas%20de%20desastres%20naturais%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Santa%20Cruz%20do%20Sul.pdf">https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2739/1/Atlas%20de%20desastres%20naturais%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Santa%20Cruz%20do%20Sul.pdf</a> )
5	4) Construção do Plano de Desenvolvimento Rural de Montenegro-RS ( <a href="https://jornalibia.com.br/montenegro/interior/">https://jornalibia.com.br/montenegro/interior/</a> )

	construção-do-plano-de-desenvolvimento-rural-se-fortalece/)"
6	<a href="http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2085">http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2085</a>
7	"Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista
8	à inflexão ultraliberal; Contribuições do Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles em Tempos de Pandemia; e outros"
9	ESTÃO DISPONÍVEIS EM MEIO FÍSICO
10	(nihil)
11	<a href="http://www.inciti.org">www.inciti.org</a>
12	(nihil)
13	<a href="https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/171?author_page=0">https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/171?author_page=0</a>
14	<a href="https://salvadorvisoesdefuturo.wordpress.com/">https://salvadorvisoesdefuturo.wordpress.com/</a>
15	Sim, na Internet - <a href="http://www.observatoriodasmetrosoles.net">www.observatoriodasmetrosoles.net</a>
16	(nihil)
<b>Nº ID</b>	<b>14 Você considera as Instituições de Ensino Superior como instâncias adequadas para prestar assistência técnica para as políticas urbanas e/ou regionais?</b>
1	Sim
2	Sim
3	Sim
4	Sim
5	Sim
6	Sim
7	Sim
8	Sim
9	Sim
10	Sim
11	Sim
12	Sim
13	Sim
14	Sim
15	Sim
16	Sim
<b>Nº ID</b>	<b>15 Quais das seguintes fases do ciclo de políticas públicas você considera as mais adequadas para a atuação de IES? (É possível marcar mais de uma opção).</b>
1	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
2	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
3	Construção de agenda, Formulação da política, Implementação, Monitoramento/ Avaliação
4	Construção de agenda, Processo decisório, Implementação
5	Construção de agenda, Formulação da política, Implementação, Monitoramento/ Avaliação
6	Construção de agenda, Monitoramento/ Avaliação
7	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
8	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
9	Construção de agenda, Formulação da política, Processo decisório, Implementação, Monitoramento/ Avaliação
10	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
11	Construção de agenda, Monitoramento/ Avaliação
12	Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
13	Construção de agenda, Formulação da política, Monitoramento/ Avaliação
14	Formulação da política, Implementação, Monitoramento/ Avaliação
15	Construção de Agenda, Formulação de Política
16	Todas as fases
<b>Nº ID</b>	<b>16 Quais meios você considera adequados para a participação de IES na política urbana e ou regional? (é possível marcar mais de uma opção)</b>
1	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Promoção de

	espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
2	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
3	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
4	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
5	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
6	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico
7	Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
8	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
9	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
10	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, elaboração de estudos e notas técnicas
11	Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
12	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
13	Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico
14	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
15	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
16	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança
Nº ID	<b>17 Quais instrumentos você considera adequados para promover a participação das IES na política urbana e/ou regional? (é possível marcar mais de uma opção)</b>
1	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura
2	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
3	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
4	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
5	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não

6	Financiamento de bolsas de pesquisa, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
7	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
8	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
9	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
10	Financiamento de bolsas de pesquisa, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
11	Financiamento de bolsas de pesquisa
12	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura
13	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não
14	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura
15	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura
16	Financiamento de bolsas de pesquisa, Financiamento de laboratórios/ equipamentos/ infraestrutura, Convênios/ contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira
<b>Nº ID</b>	<b>18 Quais outras considerações você teria sobre participação de seu curso, unidade e/ou programa em uma rede de assessoramento para políticas urbanas e ou regionais?</b>
1	Nada acrescentar.
2	O PPGDR-UNISC tem como uma das suas prioridades a sua inserção social e regional através de ações como a assessoria ao planejamento territorial, à formulação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento territorial urbano, rural e regional. Portanto temos o máximo interesse em vir a integrar essa rede de assessoramento para o aperfeiçoamento de políticas urbanas e regionais.
3	(nihil)
4	(nihil)
5	Considero que a experiência que tivemos na elaboração do PDI-RMG, através de uma contratação feita pelo governo do estado de Goiás com a nossa instituição, foi uma experiência exitosa e proveitosa.
6	Oferta de cursos de capacitação para técnicos e gestores municipais
7	"Extremamente importante pela possibilidade de articular conhecimentos transdisciplinares na concepção de políticas, monitoramento e avaliação de impactos.
8	(nihil)
9	(nihil)
10	Ampliar envolvimento.
11	Considero que é mais viável a participação de laboratórios, redes ou grupos de pesquisa consolidados do que unidades ou programas, em face da diversidade de interesses que coexistem nas unidades ou programas.
12	O curso de Geografia, especialmente em nível de pós-graduação tem um papel relevante tanto nas questões sociais do espaço urbano e do território, como nas interfaces entre a questão social e ambiental.
13	(nihil)
14	(nihil)
15	Estímulo à formação em políticas urbanas e desenvolvimento de dissertações e teses
16	Considero a oportunidade de alta relevância para participação do curso de Gestão Pública e

## **ANEXO II**

### **Produtos vinculados a projetos de assessoria**

**A INCITI – Pesquisa e Inovação para as Cidades** <[www.inciti.org](http://www.inciti.org)>

**Salvador: visões de futuro** <<https://salvadorvisoesdefuturo.wordpress.com/>>

**Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Conselho Regional do Vale do Rio Pardo-RS** <[http://www.unisc.br/images/upload/com\\_editora\\_livro/e-book\\_COREDE.pdf](http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf)>

**I Seminário de Articulação e de Integração das Políticas Regionais do Vale do Rio Pardo-RS, em Agosto, 2018** <<http://www.coredevrp.org.br/visualizar-noticia/noticia/SEMINARIO-DISCUTE-PLANEJAMENTO-TERRITORIAL-E-SETORIAL-DO-VRP/46>>

**Atlas dos Desastres Naturais em Santa Cruz do Sul-RS** <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2739/1/Atlas%20de%20desastres%20naturais%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Santa%20Cruz%20do%20Sul.pdf>>

**Construção do Plano de Desenvolvimento Rural de Montenegro-RS** <<https://jornalibia.com.br/montenegro/interior/construcao-do-plano-de-desenvolvimento-rural-se-fortalece/>>

**Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal** <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/economia-metropolitana-e-desenvolvimento-regional-do-experimento-desenvolvimentista-a-inflexao-ultraliberal/>>